

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

GISELLI CAETANO DOS SANTOS

Qualificação Profissional versus Inserção no Mercado de Trabalho na Região
Metropolitana do Recife: um estudo sobre egressos do Plano Estadual de
Qualificação de Pernambuco PEQ-2002

RECIFE
2004

GISELLI CAETANO DOS SANTOS

Qualificação Profissional versus Inserção no Mercado de Trabalho na Região
Metropolitana do Recife: um estudo sobre egressos do Plano Estadual de
Qualificação de Pernambuco PEQ-2002

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Pernambuco
para a obtenção do título de Mestre em
Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Ana Cristina Brito Arcoverde

Recife
2004

Santos, Giselli Caetano dos

Qualificação profissional versus inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana do Recife : um estudo sobre egressos do Plano Estadual de Qualificação de Pernambuco PEQ-2002 / Giselli Caetano dos Santos. – Recife : O Autor, 2004.

95 folhas : il., tab., gráf.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2004.

Inclui bibliografia.

1. Política social (Emprego e renda) - Qualificação profissional. 2. Desemprego - Mercado de trabalho. 3. Emprego - Mercado de trabalho. 4. Qualificação profissional - Plano Estadual de Qualificação de Pernambuco PEQ-2002 - Análise. I. Título.

369.342:32
361.25

CDU2.ed.)
CDD (21 ed.)

UFPE
RC2004-454



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO

Ata da 195ª Defesa de Dissertação do Curso de Mestrado em Serviço Social, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, ao vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e quatro.

As quinze horas do dia vinte sete de agosto de dois mil e quatro, na sala de número nov do bloco "C" do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa de dissertação intitulada "Qualificação Profissional Versus Inserção no Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Recife: um estudo sobre os egressos do Plano Estadual de Qualificação de Pernambuco PEQ-2002" de autoria de Giselli Caetano dos Santos, qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. A Banca Examinadora, aprovada ad-referendum pela coordenadora do curso, Professora Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, processo número 010513/2004-82, foi constituída por: Professora Ana Cristina Brito Arcoverde/UFPE, Doutora em Sociologia, como orientadora e examinadora interna; Professor Tarcísio Patrício de Araújo/UFPE, Doutor em Economia, como examinador externo; Professora Anita Aline Albuquerque Costa/UFPE, Doutora em Serviço Social, como examinadora interna; Professor Roberto Alves de Lima/UFPE, Doutor em Economia, como suplente externo e Profª Ana Cristina de Souza Vieira/UFPE, Doutora em Serviço Social, como suplente interna. Na qualidade de Orientadora, a Professora Ana Cristina Brito Arcoverde presidiu os trabalhos e após as devidas apresentações, convidou a candidata a discorrer sobre o conteúdo da dissertação. Concluída a apresentação, a candidata foi argüida pela banca examinadora que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu

a dissertação, com as seguintes menções: Professora Ana Cristina Brito Arcoverde: *Aprovada*; Professor Tarcísio Patrício de Araújo: *Aprovado*; Professora Anita Aline Albuquerque Costa: *Aprovada*. E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 27 de agosto de 2004.

BANCA:

Ana Cristina Brito Arcoverde
Profª Drª Ana Cristina Brito Arcoverde

Tarcísio P. de Araújo
Prof. Dr. Tarcísio Patrício de Araújo

Anita Aline Albuquerque Costa
Profª Drª Anita Aline Albuquerque Costa

MESTRE:

Giselli Caetano dos Santos
Giselli Caetano dos Santos

RESUMO

O estudo apresentado trata de uma discussão sobre qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho tendo como unidade de análise, para realização da pesquisa de campo, os egressos do Plano Estadual de Qualificação que realizaram cursos de eletricitista e recepcionista em geral, no ano de 2002. Nos últimos anos a qualificação profissional ganhou lugar de destaque nas discussões sobre trabalho, sendo apontada como crucial para se conseguir ingresso a um posto de trabalho. Mas, apesar de muitos trabalhadores investirem em qualificação, continuam desempregados, demonstrando que o problema do desemprego não é somente a falta de qualificação, existindo, portanto, outros condicionantes geradores da situação, como, por exemplo, o enxugamento de postos de trabalho, a precarização do trabalho e a dificuldade de se gerar ocupações de qualidade, conseqüências da política econômica adotada. É o que mostrou a pesquisa realizada. Os entrevistados possuem certa qualificação, mas continuam desempregados ou trabalhando precariamente, desmistificando assim, a correlação positiva que se estabelece entre qualificação e inserção no mercado de trabalho.

Palavras chave: Qualificação profissional. Mercado de trabalho. Desemprego.

RESUMEN

El actual estudio que se ocupa de una pelea en la calificación y la inserción profesionales el mercado de trabajo que tiene como unidad de análisis, para la realización de la investigación, de las salidas del plan del estado de la calificación que había llevado con cursos de electricista y de recepcionista en general, en el año de 2002. En los años pasados la calificación profesional ganó el lugar de la prominencia en las peleas en trabajo, siendo señalado como crucial obtener el ingreso a una fila de trabajo. Pero, aunque muchos trabajadores a invertir en la calificación, continúe despedido, demostrando que el problema del desempleo es no solamente la carencia de la calificación, existiendo, por lo tanto, otros condicionantes de generación de la situación, de as, por ejemplo, del enxugamiento de las filas de trabajo, del precarización del trabajo y de la dificultad de si genera las ocupaciones de la calidad, consecuencias de la política económica adoptada. Él lo que demostró la investigación. Entrevistados con poseen cierta calificación, pero continúan despedido o trabajando precarización, así demistificando, la correlación positiva que si establece entre la calificación y la inserción en mercado del trabajo.

llave de las palabras: Calificación profesional. Mercado de trabajo. Desempleo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 PARA ENTENDER QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL HOJE: MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NO MERCADO LABORAL	10
1.1 O mundo do trabalho em mudança	10
1.2 Mercado de trabalho brasileiro frente às mudanças no mundo do trabalho	19
1.3 Emprego e desemprego no Brasil	26
2 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE ÀS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO	30
2.1 O Redimensionamento do Conceito de Qualificação Profissional	30
2.2 Qualificação profissional: o caminho que o Brasil escolheu	36
2.2.1 Revisitando o pensamento oficial sobre qualificação	36
2.2.2 A “reforma da Educação Profissional Brasileira”	40
2.2.3 Discutindo os rumos da qualificação profissional no Brasil	44
2.3 A qualificação profissional como política pública de emprego e renda	47
2.3.1 O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR)	51
3 QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO DOS TREINANDOS DO PEQ/2002.....	56
3.1 Procedimentos Metodológicos	56
3.2 Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Recife	60
3.3 Qualificação versus inserção no mercado de trabalho dos treinandos dos cursos de eletricitista e recepcionista em geral.	64
3.3.1 Qualificação dos treinandos.....	65
3.3.2 Inserção dos treinandos no mercado de trabalho	70
3.3.3 Qualificação versus inserção no mercado de trabalho	77
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
5 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	88

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o propósito de discutir a qualificação profissional e inserção no mercado laboral, frente às mudanças no mundo do trabalho, refletidas no Brasil, sobretudo a partir dos anos 90 com a abertura comercial e o ingresso do país na economia global. Possui como objetivo geral analisar a interseção entre qualificação e inserção no mercado de trabalho dos egressos do Plano Estadual de Qualificação do trabalhador que realizaram curso de eletricista e recepcionista, no ano de 2002.

A reorganização da economia mundial trouxe rebatimentos para o mercado de trabalho, que passou por um processo de reestruturação tanto na forma de organizá-lo nos setores produtivos, como nas suas relações, configurando novas demandas e exigências à classe trabalhadora que encontra maiores dificuldades de inserção no mercado devido ao enxugamento de postos de trabalho, culminando no crescimento e persistência do desemprego.

Minha aproximação com temáticas sobre o mundo do trabalho ocorreu há cinco anos quando, no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e Direitos Sociais, trabalhei no projeto sobre Inclusão e Exclusão no mercado de trabalho da Região Metropolitana do Recife, Já nesse projeto surgiu o interesse em aprofundar os estudos sobre qualificação profissional.

Percebia-se, nas leituras sobre inclusão e exclusão do mercado de trabalho e temas relacionados, que a qualificação profissional era apontada como crucial à inserção no mercado, mas, por outro lado, pesquisas realizadas - aí inclusas as daquele núcleo - apontavam que muitos excluídos do mercado, apesar de possuir certa qualificação, continuavam desempregados.

Para aprofundar a temática sobre qualificação profissional, desenvolveu-se um subprojeto sobre as condições de vida e qualificação dos excluídos do mercado, tendo em vista a preocupação sobre o dilema vivenciado pelos excluídos do mercado de trabalho, pois, se de um lado é exigida qualificação continuada, do outro o desempregado precisa obter meios para sua sobrevivência, impossibilitando muitas vezes o investimento em qualificação. Nessa pesquisa também foi

identificada certa qualificação por parte dos excluídos do mercado, mas continuavam sem trabalho.

Em seguida, participamos do projeto sobre as direções da política de emprego e renda da Região Metropolitana do Recife, onde se percebeu que um grande volume de recursos era destinado à qualificação profissional e que boa parte das instituições entrevistadas desenvolviam atividades nessa área, oferecendo cursos de qualificação às comunidades adjacentes à instituição.

Nesse percurso, nos aprofundamos na temática de qualificação e conhecemos o Plano Nacional de Qualificação Profissional – PLANFOR, desenvolvido nos estados como Plano Estadual de Qualificação do Trabalhador - PEQ. Esse plano evidenciava um discurso que repassa ao trabalhador a responsabilidade de sua exclusão do mercado por falta de qualificação e apresentava a saída para a situação, oferecendo cursos de qualificação a fim de promover a empregabilidade do trabalhador.

Nos pareceu instigante desenvolver um projeto de mestrado com o objetivo de analisar a interseção (cruzamento) qualificação e inserção no mercado de trabalho, pois os estudos anteriores mostraram que os excluídos, apesar de qualificados, continuavam desempregados, mas o discurso oficial afirmava que o desemprego decorria da falta de qualificação. Era preciso aprofundar os estudos e desvendar como as pessoas que investem em qualificação têm se inserido no mercado.

Prosseguimos, então, com o aprofundamento teórico sobre o tema e compreendemos que tratar do assunto qualificação nos remete à temática das mudanças no mundo do trabalho e os rebatimentos dessas mudanças sobre o mercado laboral, pois é no cerne dessas transformações que a qualificação profissional ganha importância nas discussões sobre trabalho.

Nesse sentido, apresentamos o primeiro capítulo deste trabalho, intitulado *“Para entender qualificação profissional hoje: Mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos no mercado laboral”*, discutindo as mudanças do mundo do trabalho, o mercado de trabalho brasileiro frente a essas mudanças e emprego e desemprego no Brasil; tais temas visando contextualizar o cenário do mercado de

trabalho frente às mudanças em curso e o porquê da qualificação ter alcançado a centralidade nos últimos anos.

As discussões sobre qualificação apontam para o redimensionamento do seu conceito, com a introdução do termo competência em detrimento do termo qualificação, fruto das novas exigências para a classe trabalhadora, o que nos remete a aprofundar sobre o redimensionamento do conceito de qualificação e como essa discussão vem ocorrendo no Brasil.

Apresentamos, assim, o segundo capítulo: “*Qualificação profissional frente às mudanças no mundo do trabalho*”, que trata, no primeiro tópico, sobre “*O redimensionamento do conceito de qualificação profissional*”, onde apresentamos conceitos de qualificação em diferentes autores, bem como as discussões recentes sobre qualificação; no segundo tópico, “*Qualificação profissional: O caminho que o Brasil escolheu*” apresentamos as discussões sobre qualificação no Brasil: o diagnóstico sobre a qualificação da força de trabalho brasileira e das instituições de educação profissional, a “reforma” da educação profissional e as discussões sobre os rumos da qualificação no Brasil; no terceiro e último tópico – *A qualificação profissional como política pública de emprego e renda* - apresentamos as políticas de emprego e renda, direcionando para o Plano Nacional de Qualificação do trabalhador.

O terceiro capítulo: “*Qualificação e inserção dos treinandos do PEQ/2002*”, trata, em geral, sobre os resultados da pesquisa realizada junto aos treinandos do PEQ/PE, nele estão incluídos os procedimentos metodológicos da pesquisa e dados referentes ao mercado de Trabalho da Região Metropolitana do Recife.

Esperamos, portanto, que o leitor possa, com o presente estudo, refletir sobre a temática de qualificação e inserção no mercado de trabalho, considerando que o mercado de trabalho brasileiro é heterogêneo, ou seja, comporta setores avançados e atrasados, o que exigirá diferentes tipos de qualificação e/ou competências.

Isso significa que qualificação/competência não é um receituário único para todos os trabalhadores; cada setor ou área do mercado de trabalho exigirá um perfil de trabalhador. Compreender as exigências de qualificação de cada setor é necessário para apreender à dinâmica do mercado de trabalho no que se refere à qualificação e inserção no mercado laboral.

CAPÍTULO 1

PARA ENTENDER QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL HOJE: MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NO MERCADO LABORAL

Discutir qualificação profissional na atual conjuntura remete a compreender as mudanças no mundo do trabalho e seus rebatimentos no mercado laboral, pois é no cerne dessas mudanças que o tema qualificação ganhou centralidade.

Algumas discussões sobre a temática apontam que o mercado hoje exige um novo perfil de trabalhador e que é preciso adequar a força de trabalho às novas exigências que surgem, caso contrário, os trabalhadores não conseguirão acesso ao mercado de trabalho por falta de qualificação.

Por outro lado, muitos trabalhadores têm investido em qualificação, mas continuam desempregados, apontando que existem outros condicionantes na relação qualificação/inserção no mercado de trabalho. Para identificá-los é necessário apreender o processo de reestruturação do processo produtivo.

1.1. O mundo do trabalho em mudança

Após a segunda guerra mundial se consolidou, na sociedade capitalista, um modelo de produção que proporcionou quase trinta anos de acumulação do capital. Os chamados anos gloriosos, ou Era de Ouro, permitiram ao capitalismo experimentar taxas de lucros jamais vistas, graças à combinação das idéias de Ford e Taylor para a organização produtiva e, posteriormente, as idéias de Keynes que propunha a intervenção do Estado na economia.

As principais idéias de Ford (também conhecidas como fordismo) estavam relacionadas à divisão social e técnica do trabalho, à produção em massa e à utilização de tecnologia rígida na linha de montagem; as de Taylor (taylorismo), com os estudos de tempo e movimento, acrescentariam à gerência científica maior

agilidade na produção, maior controle gerencial e intensificação da produtividade no posto de trabalho individual; já a intervenção estatal vislumbrava um Estado de bem-estar-social, com promessa do pleno emprego e de garantia de direitos para a classe trabalhadora. Tais direitos são frutos, também, das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho. A combinação dessas idéias conseguiu conciliar o aparente inconciliável: altas taxas de lucro e quase o pleno emprego.

Nesse período consolida-se o Estado de bem-estar social

que se materializa pela constituição de uma esfera pública burguesa com um fundo público ampliado e mediante o progressivo controle monopólico, por parte dos Estados nacionais, dos setores estratégicos da economia. Um duplo mecanismo de regular o capital e, portanto, o mercado e a possibilidade efetiva de fazer política econômica e social (FRIGOTTO, 1999, p.9).

Os cenários político, econômico e social passaram a ser estruturado sob o direcionamento desse modelo. As relações sociais eram regidas por ele, ou seja, a organização societária possuía seus fundamentos no modelo de regulação fordista-keynesiano.

Para Frigotto (1999), esse modelo traduziu teórica e politicamente os fundamentos de uma sociedade capitalista que, para sobreviver, necessitou regular o mercado por um Estado interventor e planejador.

Mas os períodos de crises econômicas vivenciados pela sociedade capitalista, sobretudo na crise do petróleo e da superprodução, abalaram a estrutura do modelo de regulação até então vigente. Não se conseguia mais altas taxas de lucro e a produção em grande escala tornou-se inviável já que havia superprodução, impulsionando, dessa forma, o desemprego e aumentando o número de trabalhadores que recorria aos benefícios do Estado keynesiano.

Esse quadro foi se agravando cada vez mais, culminando, na década de 1970, numa crise econômica mundial que confirmava o esgotamento do modelo fordista-keynesiano. Diante disso, foram sendo pensadas saídas para enfrentar a crise que se instaurou e para reorganizar o modelo de produção, ou seja, medidas foram sendo tomadas tendo em vista a reestruturação da economia mundial.

Visando conseguir “novo equilíbrio”, a economia mundial passou a ser reorganizada e o processo de produção reestruturado, impulsionando o avanço da

globalização do mercado mundial e as mudanças no mundo do trabalho, reordenando, assim, as relações sociais, bem como as relações entre países.

Crise estrutural do capital, declínio do Estado de Bem-estar, perdas de direitos trabalhistas, reestruturação produtiva, expansão do neoliberalismo, globalização, flexibilização, dentre outros temas, passaram a compor as explicações/ motivos para a crise econômica mundial e para a necessidade de sua reestruturação, alavancando mudanças no mundo do trabalho que atingiram, principalmente, os trabalhadores devido à precarização das relações de trabalho e à perda de postos de trabalho, gerando um crescimento do desemprego.

Para Pochmann (1999), compreender a dinâmica do mundo do trabalho exige a reflexão sobre os pontos que definem e condicionam o trabalho na sociedade. Sugere, então, que é preciso discutir o formato e o padrão de desenvolvimento econômico e social que estão sendo conformados nos últimos tempos.

Três fases descontínuas quanto ao uso do trabalho, da tecnologia e das formas de produção são identificadas na história do capitalismo, afirma o autor.

1. A primeira revolução industrial e tecnológica – no final do século XVIII e início do século XIX, período muito rico do ponto de vista das transformações no mundo do trabalho. Nesse período ocorre a formação dos estados nacionais, o desenvolvimento das unidades produtivas, e o surgimento dos sindicatos;

2. A segunda revolução industrial e tecnológica – final do século XIX e início do XX - profundas transformações de conhecimento, novos descobrimentos, surgimento da energia elétrica, indústria automobilística, química. Momento em que surgem as grandes empresas capitalistas. Período extremamente rico que criou as bases da constituição de uma sociedade moderna e democrática para alguns países no século XX;

3. A terceira revolução industrial e tecnológica - atualmente, tem transformações profundas do ponto de vista econômico, social, político e, sobretudo, das tecnologias.

As duas primeiras revoluções industriais e tecnológicas significaram períodos de expansão e consolidação da sociedade capitalista, enquanto a terceira se configura como momento de reestruturação, tendo em vista a crise na qual entrou o modelo de prosperidade vigente.

Gorender (1997) afirma que o regime de regulação fordista-keynesiano entrou em crise na década de 70 e foi substituído por outro, que trouxe transformações que abrangem o Estado, as inovações tecnológicas, as políticas financeiras e industriais, o comércio mundial, as empresas multinacionais, as relações internacionais, a organização do trabalho, as formas de emprego e desemprego, as ideologias, os estilos de vida.

Tais transformações abarcam diferentes aspectos societários, mas chamamos a atenção para dois aspectos que influenciaram as mudanças no mundo do trabalho, a globalização da economia e a reestruturação produtiva, visando compreender a situação do mercado de trabalho hoje.

A reestruturação produtiva teve, no processo de globalização, o seu maior expoente. Tal processo envolveu os países em uma relação sem fronteiras. A confecção de um produto, por exemplo, não está limitada ao chão da fábrica, mas a diferentes partes do mundo, ou então são confeccionadas por pequenas e médias empresas que prestam serviços às grandes empresas.

A globalização não é algo novo, mas nas últimas décadas sofreu um crescimento exponencial, sobretudo no aspecto econômico. Cada vez mais o capital busca espaço para sua expansão, mesmo que, para isso, tenha que ultrapassar as fronteiras.

Frigotto (1999) afirma que é tendência do capital quebrar as fronteiras para expandir seus mercados. Aponta, então, três fases de expansão: anos 40-50, quando o capital burla as fronteiras dos Estados-Nação mediante a instalação das multinacionais que se ramificam no mundo, buscando mercados onde a exploração da força-de-trabalho e da própria matéria-prima lhes são vantajosas. Em seguida, anos 60/80, aprofunda-se a liberdade do capital mediante as transnacionais, trata-se de empresas que transitam acima do controle efetivo das nações e criam seu próprio espaço de poder; e, no momento atual, a globalização do capital, primordialmente do capital financeiro e especulativo, completa o circuito da perda do poder das sociedades nacionais controlarem o poder anárquico do capital.

Essa última fase de expansão trouxe aos Estados-nação, sobretudo para os países em desenvolvimento, uma vulnerabilidade econômica sem precedentes, visto que turbulências, rumores, problemas políticos, econômicos e sociais, em qualquer

parte do mundo, provocam instabilidade econômica, impulsionando, a qualquer momento, uma grave crise.

A nova ordem político-econômica ampliou os mercados e lucros das empresas, mas trouxe, para esses países, entre outros problemas, a instabilidade econômica, desemprego e limitação para enfrentar a questão social, além de aumentar as disparidades entre países, desenvolvidos e periféricos.

Assim como a Era de Ouro não atingiu de forma simétrica a todos, reduzindo-se, pelo contrário, a um grupo pequeno de nações no mundo, a globalização não significa maior equalização como insinua a ideologia dominante. Ao contrário, amplia-se a desigualdade entre países desenvolvidos e periféricos” (FRIGOTTO,1999, p. 6).

Segundo dados da Organização das Nações Unidas¹ (ONU), a globalização aumentou a diferença entre países ricos e pobres, desde o começo dos anos 90, com um grupo majoritário de nações (que representa 14% da população mundial) dominando metade do comércio mundial.

O estudo reconhece, ainda, que a globalização propiciou sociedades e economias abertas, assim como maior liberdade para o intercâmbio de bens, idéias e conhecimentos, mas, ao mesmo tempo, a pobreza cresceu em quase todo mundo, sobretudo na América Latina, Europa Oriental e na África.

De acordo com a reportagem, o documento aponta que o funcionamento da economia mundial esconde desequilíbrios persistentes. Existe atualmente uma preocupação com os rumos da globalização, pois as vantagens do processo estão fora do alcance de muitos, enquanto os riscos de sua aplicação são reais.

Frigotto (1999, p.4) considera que o processo de globalização não é algo negativo em si mesmo. “A positividade ou negatividade do processo de globalização são definidos pelas relações sociais (...) sua negatividade reside na forma de relações sociais até hoje vigentes - relações de classes”.

Para acompanhar a dinâmica econômica mundial, o mundo do trabalho precisou realizar uma reestruturação no processo produtivo, com isso, o padrão fordista/taylorista, que não mais conseguia atender ao interesse do capital, foi sendo substituído ou modificado pelo modelo de produção japonês conhecida como

¹ Pesquisa Fair globalization, (uma globalização justa) parceria da ONU e OIT, realizada durante 2 anos e apresentada em reportagem do Jornal Diário de Pernambuco, em 29 de Fevereiro de 2004.

toyotismo, que trouxe significativas mudanças à organização do trabalho, tanto na forma de organizar e gerir a produção, como nas relações entre capital e trabalho.

O toyotismo tem como princípios, de acordo com Mayer (1998) a automação, a polivalência da força de trabalho e o princípio *just-in-time*, que significa “produzir o que é necessário, na quantidade necessária e no momento certo”. (Ibid. p. 247)

Nesse modelo ocorre uma maior racionalização da produção, que passa a ser produzida em pequenas quantidades e por equipes de trabalho, tornando os trabalhadores responsáveis pela produção e pelo controle de qualidade, exigindo um trabalhador versátil que saiba resolver problemas. Ressaltando que esse tipo de trabalho é cada vez mais restrito, uma vez que a produção é descentralizada ou terceirizada, ou seja, parte dos materiais necessários à confecção de um produto é confeccionada em locais diferentes sob a responsabilidade de outras empresas ou trabalhadores, com isso, as equipes de trabalho responsáveis pela confecção final do produto, realizam (dependendo do produto que se faz) atividades de montagem, dosagem do produto, controle das máquinas via computador e, sobretudo, do controle de qualidade: o produto deve ser sem defeitos.

No novo modelo produtivo tem-se produtividade sem, necessariamente, crescer os postos de trabalho, visto que a automação e a microeletrônica se fazem crescentes nos setores produtivos, gerando um aumento jamais visto, do desemprego. “O capital, para empreender um conjunto de mudanças no modo de produzir e acumular, necessitou fazer uma brutal racionalização do trabalho vivo, potenciando-o enquanto fonte produtora de valor e de mais-valia”. (MOTA E AMARAL, 1998, p. 33).

Sem dúvida, os trabalhadores, em qualquer época da história, foram explorados e viveram precariamente. Mas, na atual conjuntura, a situação se agravou, pois a flexibilização² das relações de trabalho provocou uma devastação no que se refere aos direitos adquiridos pelos trabalhadores, o que resulta numa precarização nas condições de vida e trabalho.

² Como flexibilização (das relações de trabalho), entende-se a contratação do trabalhador diretamente pela empresa como assalariado sem carteira de trabalho assinada, ou empresa terceirizada, ou ainda como trabalhador autônomo (DIEESE, 2001).

“O modelo rígido de produção cedeu espaço para um modelo flexível que exigia mudanças na forma de regulação do processo de trabalho, no sentido de flexibilizar o uso do trabalho pela empresa (DEDECCA,1998, p.118).

Além de enfrentar a precarização do trabalho e a redução dos postos de trabalho, os trabalhadores tiveram que se adequar às inovações tecnológicas e ao novo modelo de produção e gestão, que exigem um novo perfil de trabalhador, criando, assim, a necessidade de qualificação profissional, tema amplamente discutido no mercado de trabalho. Tais questões surgem como desafios a serem enfrentados/superados pelos trabalhadores que buscam inserção no mercado de trabalho e pelas políticas de emprego e renda.

Algumas interpretações apontam que a dificuldade de inserção no mercado laboral ocorre devido à falta de qualificação do trabalhador que não conseguiu se adequar às mudanças no mundo do trabalho com a introdução de novas tecnologias. Outras sinalizam que as mudanças no mundo do trabalho impulsionaram o desemprego estrutural, caracterizado pela redução de postos de trabalho e pela falta de sua criação, daí a dificuldade de inserção no mercado.

Seguindo a perspectiva da falta de qualificação, atribui-se ao trabalhador a responsabilidade de sua exclusão do mercado, tornando necessário qualificá-los para, assim, possibilitar seu acesso a um posto de trabalho. No outro aspecto, os trabalhadores não se inserem devido ao número limitado de postos de trabalho e pela falta de sua criação, já que não se investe em políticas de crescimento econômico capazes de gerar esses postos.

Gorender (1997, p. 329) afirma que “Não há razão para duvidar que a tecnologia informacional e a organização do trabalho conforme a produção enxuta são causas do desemprego estrutural. Difícil é estabelecer o quanto cabe a cada qual desses fatores”. Afirma, ainda, o autor, que é indispensável salientar, como causa do desemprego estrutural, a política deflacionária sistemática imperante nos países desenvolvidos e por eles imposta aos países em desenvolvimento. “O objetivo governamental do pleno emprego cedeu prioridade ao combate à inflação, vista como o pior dos males” (Ibid, p. 330).

Como consequência das mudanças no mundo do trabalho podemos destacar três situações para os trabalhadores que buscam inserção no mercado de trabalho:

1. A necessidade de qualificação; de fato, as inovações tecnológicas e o modelo de organização do trabalho exigem do trabalhador outro tipo de qualificação; mais dinâmico, versátil, ao contrário do período fordista, que exigia a realização de tarefas simples.

Vale ressaltar que tais exigências não se dirigem a todos os trabalhadores, é preciso considerar a divisão do trabalho e o grau de desenvolvimento das empresas. Nem todas inovaram. O novo e o velho ainda estão presentes no processo de trabalho.

2. Desemprego estrutural, decorrente dessas mudanças, pois milhares de empregos desapareceram nos últimos anos e as taxas de desemprego cresceram nos países, sejam eles avançados ou periféricos;

3. A precarização das relações de trabalho com a perda de direitos e garantias, vez que os trabalhadores são contratados sem os padrões formais existentes, como, por exemplo, a carteira assinada.

Configuram-se hoje, no mercado de trabalho, diferentes tipos de trabalhadores e diferentes tipos de inserção, entre outros: os qualificados inseridos no mercado formal, informal ou desempregados. Esses últimos buscando oportunidades de inserção formal; os semiquualificados ou desqualificados, geralmente com inserção informal ou por conta própria, com chances mínimas de inserção no mercado formal, ou desempregados.

A situação atual é marcada por uma comoção que, recentemente, afetou a condição salarial: o desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, a multiplicação dos supranuméricos "inempregáveis" inempregados ou empregados de um modo precário, intermitente. (CASTEL, 1998 p. 21)

A situação do mercado laboral depende da posição que cada país ocupa na divisão internacional do trabalho. Os efeitos negativos das mudanças no mundo do trabalho, como o desemprego, atingem países avançados ou periféricos, mas, nesses últimos, a situação é mais grave pela sua condição de dependência em relação aos países desenvolvidos e da vulnerabilidade de suas economias, além do controle dos organismos internacionais.

Apesar de encontrar-se subordinada ao desenvolvimento das atividades produtivas, a capacidade de absorver uma maior ou menor quantidade de trabalhadores não depende exclusivamente do grau de expansão de cada país, mas do padrão de desenvolvimento nacional e de sua forma de inserção na economia mundial” (POCHMANN, 2001, p.14).

Os países em desenvolvimento ou periféricos tiveram seu ingresso na economia mundial pela imposição dos países desenvolvidos, que apresentaram uma agenda de medidas a ser seguida para “promover” o crescimento econômico e o ingresso desses países na economia mundial.

Como afirma Oliveira (2003, p. 12),

A reestruturação do Estado, a liberação da economia ao capital estrangeiro, a desregulamentação das relações trabalhistas e a diminuição da ação estatal nas áreas sociais não são expressões universais do fenômeno da globalização, mas sim de um modelo específico de globalização ‘imposta’ a esses países.

Dessa forma, no final da década de 80, os países em desenvolvimento, principalmente aqueles com dívida externa, foram orientados a adotar uma agenda de medidas, visando combater os males econômicos como a inflação, a dívida externa, enfim, combater a crise econômica interna e ingressar na economia globalizada.

Para discutir a crise mundial, o grupo dos sete países mais ricos do mundo, o chamado G7, reuniu-se na segunda metade da década de 1980 e propuseram o refinanciamento das dívidas externas dos países. Mas, para isso, esses países deveriam aceitar as recomendações de abrir seus mercados nacionais, desregulamentar as atividades econômicas e privatizar as empresas estatais. Tais diretrizes ficaram conhecidas como Consenso de Washington.

Essas medidas refletiram na organização do mercado de trabalho, pois, em alguns países como, por exemplo, o Brasil privilegiam ações de estabilidade econômica, mesmo que para isso seja necessário destruir postos de trabalho, flexibilizar as relações de trabalho e reduzir a proteção social.

O Brasil enquanto país em desenvolvimento e endividado, deu início, nos anos 90, à efetivação destas orientações: abriu o mercado nacional, privatizou as empresas estatais, estabilizou a economia criando uma moeda equiparada ao dólar, conseguiu reduzir a inflação, mas manteve a taxa de juros alta para atrair

investidores, e, depois de alguns anos desvalorizou a moeda nacional para evitar a desestabilização. Essas ações, somadas às mudanças no processo produtivo, refletiram no mercado de trabalho, e, conseqüentemente na classe trabalhadora, que passou a ter maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

1.2. Mercado de trabalho brasileiro frente às mudanças no mundo do trabalho

O quadro de mudanças/reajustes econômicos que se instaurou mundialmente refletiu no Brasil nos anos 1990, culminando em um processo de mudanças políticas, econômicas e sociais. Para entender esse processo é preciso compreender a conjuntura econômica do país nos anos anteriores, principalmente o modo que a industrialização e o mercado de trabalho foram se estruturando no país.

Apesar de iniciativas industriais existirem no Brasil desde o império e, nos anos 30, ter início o processo de industrialização, é a partir da década de 50 que o país tem maior crescimento industrial apoiado pelo projeto nacional desenvolvimentista do governo Juscelino Kubistchek.

Tal projeto, viabilizado com intervenção maciça do Estado na economia, no incentivo às indústrias nacionais e na substituição das importações, possibilitou erguer no país um sistema industrial complexo, proporcionando, na década de 70, o melhor desempenho econômico do país, época conhecida como *milagre econômico brasileiro*.

Seguindo a lógica do padrão produtivo fordista/ taylorista, o país passou por um processo de industrialização peculiar (conhecido como fordismo/taylorismo tropical) em termos políticos e econômicos, diferente do que ocorreu em outros países. De acordo com estudo do Ministério do Trabalho e Emprego, (1999), faltaram aqui traços essenciais desse padrão produtivo como produção em massa, formação de mercado interno e o próprio Estado no papel de articulador social e econômico.

Aponta, ainda, o estudo, que as relações de trabalho - incluindo legislação, sindicatos, políticas salariais – foram, em grande parte, determinadas ou diretamente concedidas por um Estado paternalista, autoritário e conservador. Tal configuração

contribuiu para a formação de um mercado de trabalho segmentado e heterogêneo, no qual convivem setores modernos e atrasados.

Após experimentar um período de avanço industrial e econômico, o Brasil passou a vivenciar, na década de 80, um período de grave crise com elevada inflação e estagnação econômica, reflexo, principalmente, da crise econômica mundial e da sua condição de país endividado e dependente, uma vez que o desenvolvimento industrial e econômico nacional ocorreu atrelado ao endividamento do país no exterior.

A crise refletiu no mercado de trabalho nacional, impulsionando a “redução do peso do emprego industrial, a elevação da participação dos trabalhadores sem contrato de trabalho, a deterioração do poder de compra e o aumento da desigualdade da renda dos indivíduos e das famílias”. (MATTOSO, 1996, p. 40).

Observa-se que na década de 80 o mercado de trabalho brasileiro já apresentava um quadro de instabilidade e dificuldade de manter ou gerar postos de trabalho. Havia um crescimento de empregos precários e por conta própria, que se torna mais grave na década de 90 com a abertura comercial e o ingresso do país numa economia globalizada. Ainda na década de 80 observa-se

Um aumento do peso relativo de trabalhadores por conta própria e principalmente de assalariados que não possuem contrato de trabalho com garantia de direitos trabalhistas e sociais (...) a predominância desse tipo de geração de oportunidades ocupacionais aponta claramente para a deterioração do mercado de trabalho brasileiro. (BALTAR, DEDECCA E HENRIQUE, 1996, P. 94)

Essa década, também conhecida como década perdida, significou um período caótico para o Brasil e outros países em desenvolvimento, que não puderam recorrer aos países desenvolvidos, que também passavam por crises e período de reorganização econômica. A saída para os países de economia dependente e endividada para superar a crise econômica foi executar as imposições das recomendações do Consenso de Washington: abertura do mercado nacional, desregulamentação da economia, reforma do Estado, etc. tudo isso para ingressar no processo de globalização econômica.

Tais recomendações foram sendo executadas no Brasil nos anos 90, quando o País iniciou, entre outras mudanças, o processo de abertura comercial,

estabilização da moeda, privatização das empresas estatais, reforma do Estado e desregulamentação das relações de trabalho.

Com essas ações o País deixou de ter uma industrialização protegida e passou a abrir seus mercados à concorrência mundial, culminando no reordenamento das relações capital x trabalho. As ações governamentais passaram a ser direcionadas para a modernização do país e elevação da competitividade.

Em nome da modernização do aparelho produtivo, o governo reduziu expressivamente as tarifas alfandegárias e os controles administrativos das importações para elevar a competitividade internacional e como parte de uma estratégia para controlar a inflação, ao mesmo tempo em que permitiu a valorização da moeda nacional. (BALTAR, DEDECCA, HENRIQUE, 1996, P. 97)

De acordo com Barreto³ (2003), os oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso possibilitaram as condições necessárias para o ingresso do país no modelo econômico liberal vigente, pois possuía legitimidade e as bases requeridas. Contudo, afirma o autor, as recorrentes crises econômicas e político-institucional nos países que efetivaram as recomendações do Consenso levaram os seus mentores a defender a adição de uma agenda social, ainda que restrita às recomendações dos anos 80, visando inserir os mais pobres na economia de mercado.

A adição de uma agenda social surge muito mais para impedir que as contradições do modelo econômico adotado impossibilitem sua efetivação que amenizar os problemas sociais decorrentes desse modelo, ou seja, a preocupação primordial é defender o formato da economia liberal em andamento e não promover justiça social.

Além dos ajustes estruturais da economia, o mercado de trabalho também precisou se ajustar ao formato organizacional mundial, o que exigiu das empresas investimentos em inovações tecnológicas, pois, numa economia global, produtividade, qualidade e competitividade são as palavras de ordem, tornando necessária a modernização do setor produtivo. Sendo assim, se processou no país a reestruturação do processo produtivo, com a modernização de parte das indústrias, seguindo o modelo de produção do toyotismo, adaptado de acordo com as especificidades do país.

³ Cientista político e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco In artigo Diário de Pernambuco 27 Junho 2003

Gorender (1997) afirma que a abertura do mercado colocou a indústria instalada no Brasil - de capital nacional e estrangeiro - diante de novos desafios: concorrência internacional, modernização das indústrias, com ênfase na informatização e no enxugamento organizacional.

A reestruturação produtiva se desenvolveu de forma peculiar no país, temos no mercado indústrias que se modernizaram, outras em processo de modernização e aquelas com padrões atrasados, mantendo, assim, uma heterogeneidade e segmentação do mercado, culminando numa reestruturação econômica e produtiva sob bases pouco estruturadas.

O ingresso de países em desenvolvimento, como o Brasil, no mundo globalizado traz, em si, uma desvantagem em relação aos países avançados, pois, apesar dos efeitos negativos da reestruturação mundial atingirem países avançados e periféricos, estes últimos ficam numa posição mais vulnerável, pois se inserem no processo sob bases pouco estruturadas. Qualquer sinal de crise mundial desestrutura a economia nacional, além disso, processam uma série de mudanças que atingem, sobretudo, o mercado de trabalho.

A inserção da economia brasileira no processo de globalização gerou significativas alterações sobre os fluxos de comércio e de capitais, sobre a base tecnológica, gerencial e organizacional das empresas e sobre o mercado e as relações de trabalho" (JUNIOR, OLIVARES E SERRA, 1999, p.87).

O período vivenciado a partir da abertura comercial trouxe mudanças significativas, seja no plano político, econômico ou social, mas chamamos a atenção para seus efeitos sobre o mercado de trabalho no que se refere a postos de trabalho e inserção dos trabalhadores no mercado laboral, pois foi nesse período que a situação do desemprego se tornou mais persistente.

Conseguir inserção e reinserção no mercado de trabalho tornou-se mais difícil, impulsionando a entrada do trabalhador no mercado de trabalho informal (trabalhos ocasionais, por conta própria, terceirizado ou assalariamento sem carteira assinada, enfim, trabalho sem os direitos trabalhistas garantidos), gerando, assim, instabilidade para o trabalhador.

Emprego estável só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, ao redor desse núcleo gravitará um número variável de trabalhadores periféricos, engajados por um prazo limitado, pouco qualificado e, portanto, substituíveis. (SINGER, 2001, p. 26)

Essa situação tem marcado o mercado de trabalho brasileiro. “As empresas mantêm um estoque mínimo de empregados estáveis, contratando e dispensando os demais trabalhadores em função das variações dos níveis de produção”. (BALTAR, DEDECCA e HENRIQUE, 1996, P. 99).

As empresas contratam de acordo com o quantitativo de produção que têm a realizar. No período de produção efetuam contratações sob diferentes situações, seja garantindo direitos, terceirizando a produção ou contratando sem carteira assinada. No período que a produção é reduzida, dispensam os trabalhadores, aumentando a rotatividade da mão-de-obra no mercado de trabalho, além de precarizar as condições de vida dos trabalhadores.

Sobre a rotatividade do trabalhador brasileiro, o relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sobre Progresso Econômico e Social⁴, aponta que, de cada quatro trabalhadores, um troca de emprego ou fica desempregado todos os anos.

Já no que se refere a precarização do trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁵ aponta que houve um aumento sistemático de emprego em condições precárias, do trabalho sem proteção social. Somente quatro de cada dez novos empregos têm acesso aos serviços de seguridade social e apenas dois em cada dez trabalhadores do setor informal conta com proteção social. Há ainda um crescimento do trabalho informal e tendência à terceirização; de cada dez postos criados desde 1990, sete são informais e 9,4 correspondem ao setor de serviços.

Como as ações governamentais incidem primordialmente sobre aspectos econômicos de controle da inflação, das taxas de juros, do incentivo ao capital estrangeiro e na tentativa de manutenção da estabilidade econômica, o enfrentamento do desemprego tem sido relegado ao segundo plano, ocorrendo apenas medidas paliativas que tentam conter a situação, sem, no entanto, responder

⁴ Apresentado em reportagem do Diário de Pernambuco em 9 de novembro de 2003

⁵ Ibid. 8 de janeiro de 2004

de forma eficiente à questão, deixando um contingente de trabalhadores sem trabalho ou inseridos no mercado precariamente.

De acordo com a OIT⁶ existem 185 milhões de desempregados no mundo. Aponta, ainda, a Organização⁷, que em 2003 a população desempregada na América Latina e Caribe foi de 19 milhões de pessoas. Desse contingente 10 milhões estão no Brasil, ou seja, 52,63%.

Para a OIT⁸, as economias latino-americanas terão que crescer 7% ao ano até 2005 para reduzir à metade o número de seus desempregados. A taxa de crescimento apontada como necessária, porém, é bem maior que a média da última década, que foi de 2,5%.

Além da redução e precarização dos postos de trabalho, o mercado de trabalho brasileiro tem sido tensionado pela pressão demográfica, pois, apesar da redução do crescimento populacional, que durante a década de 1990 cresceu 1,5% ao ano, o crescimento da força de trabalho ou pessoas economicamente ativas está estimado em uma média anual de 2,7%. Cresce também a entrada de mulheres no mercado de trabalho à taxa de 3,4% ao ano.⁹

Existem, no mercado de trabalho brasileiro, problemas ao lado da demanda de trabalho, entre outros: redução e dificuldades de gerações de postos de trabalho ou geração de postos precários, deixando muitos trabalhadores desempregados ou inseridos no mercado de forma precária; problemas do lado da oferta: crescimento do número de pessoas economicamente ativas, sobretudo jovens em busca do primeiro emprego e as mulheres, além da questão da qualificação.

Problemas de geração de postos de trabalho e falta de qualificação do trabalhador têm se constituído como explicações opostas à questão do desemprego. Por um lado atribui-se o crescimento do desemprego à falta e precarização de postos de trabalho, por outro, relaciona-se o problema à falta de qualificação do trabalhador.

Tais explicações não são opostas, mas articulam-se, visto que postos de trabalho e trabalhador são faces de um mesmo processo. Em geral, existindo postos

⁶ Em Reportagem: Globalização faz crescer desigualdade entre países. Diário de Pernambuco 29/02/2004

⁷ Em reportagem: Brasil tem 52,63% dos desempregados da AL. Diário de Pernambuco 08/01/2004

⁸ Mesma reportagem dia 29 de Fevereiro de 2004

⁹ Dados do Ministério do trabalho e emprego, 1998

de trabalho, é preciso mão-de-obra apta a ocupá-los, mas, caso falte postos, ocorrerá o desemprego mesmo à mão-de-obra qualificada. Havendo postos de trabalho e faltando trabalhadores qualificados o desemprego persistirá pela falta de trabalhadores aptos.

Sendo assim, explicar ou enfrentar o desemprego, não considerando essa correlação e outros condicionantes como, por exemplo: crescimento econômico, capacidade de geração de postos de trabalho de qualidade e as relações sociais que se estabelecem na hora da contratação, limita as explicações e torna ineficiente o enfrentamento da situação.

No caso brasileiro, o discurso oficial afirma que o desemprego tem como causa, principalmente, a falta de qualificação do trabalhador que não conseguiu se adequar às mudanças nas empresas, deixando de discutir sobre a precarização e destruição dos postos de trabalho.

De acordo com Pochmann (2001), existem avaliações que responsabilizam a reestruturação empresarial pela exigência de novos conhecimentos laborais e qualificações adicionais, com isso, as inovações tecnológicas e as mudanças organizacionais contribuiriam para um novo perfil de trabalhador, com novas e maiores habilidades. Mas, paralelo a isso, o autor considera que

Não parece ter desaparecido plenamente todas as formas tradicionais e degradantes do trabalho, muitas vezes constituindo-se justamente como fonte geradora de maiores ocupações. Ao contrário do que formula parcela importante da literatura tradicional, o capitalismo tenderia a produzir ocupações precárias em profusão, a despeito da geração de empregos com conteúdo de trabalho mais elevado". (Ibid. p. 51)

De um lado existem postos de trabalho qualificados, que exigem um novo perfil de qualificação, que articulam educação formal, profissional e experiências vivenciadas pelo trabalhador. Além de considerarem suas qualidades subjetivas, esses tipos de postos são reduzidos; por outro, há postos que fazem exigências mínimas como escolaridade e experiências profissionais na área e existem, ainda, os postos mais precários que não fazem exigências - esses tipos geralmente são encontrados no mercado de trabalho informal, na forma de terceirização e/ou através de pequenos negócios que contrata mão-de-obra.

Tal situação torna o acesso ao mercado de trabalho um desafio aos trabalhadores: são orientados a se qualificar para terem maiores chances no mercado, mas, quando saem à procura de inserção depara-se com a falta de postos de trabalho ou exigência de experiência profissional, o que falta em muitos trabalhadores, sobretudo nos jovens.

As mudanças que ocorreram na economia nacional refletiram sobre o mercado de trabalho, trazendo, como consequência, dificuldades para a geração de empregos e culminando no aumento do desemprego brasileiro. Nesse sentido, a questão do emprego e desemprego no país vem se agravando, deixando um contingente de trabalhadores sem trabalho e com dificuldades de conseguir novas ocupações.

1.3. Emprego e desemprego no Brasil.

Como visto anteriormente, o mercado de trabalho brasileiro, desde os anos 80, sofria um processo de deterioração que se tornou mais grave com a abertura comercial na década de 90. Essa situação culminou na destruição de postos de trabalho formal, como mostram os dados do Ministério do Trabalho (1998). De janeiro de 1990 a dezembro de 1997 cerca de 2,560 milhões de empregos foram destruídos, os quais 60,0% foram da indústria de transformação.

Segundo o Ministério do trabalho (Ibid.) Três fatores explicam essa queda no emprego industrial: o primeiro se refere à substituição da produção doméstica de bens “comercializáveis” pelos importados; o segundo e mais relevante, é endógeno ao processo de abertura comercial e se refere aos ganhos de produtividade¹⁰ que a indústria de transformação, ao se expor à competição internacional, teve de obter para fazer frente aos concorrentes externos e internos. O terceiro vincula-se ao processo de terceirização dos serviços pela indústria, que conduziu a transferência de postos de trabalho formais do setor para o terciário formal e informal.

¹⁰ Os ganhos de produtividade derivaram, essencialmente, da adoção de novas tecnologias, de inovações nos processos de organização social da produção e da adoção de novas formas de gerência (MTE, 1998, p.9)

“O emprego formal, especialmente nas grandes empresas privadas, decaiu significativamente, enquanto a ocupação, em todos os segmentos no setor informal, aumentou”. (POSTHUMA, 1999, p. 17).

Apesar desse crescimento no setor informal, o número de postos não foi suficiente para absorver o contingente de pessoas que perderam seus empregos na indústria e de pessoas que passam a fazer parte da PEA a cada ano, além disso, esses empregos são geralmente precários.

Existe uma arritmia no crescimento do emprego com carteira e expansão do emprego assalariado sem carteira assinada e dos conta-própria, ou seja, entre o núcleo mais moderno e socialmente mais protegido do mercado de trabalho e a sua periferia. O resultado desse processo tem sido acentuar a informalidade, revelando que se a economia brasileira, de um lado, está sendo capaz de gerar empregos, de outro, estes são, em boa parte, de baixa qualidade (MTE, 1998, p. 14).

Aponta o DIEESE (2001) que a contratação do trabalhador diretamente pela empresa como assalariado sem carteira assinada, terceirização de serviços e contratação do trabalhador por conta própria ou autônomo, têm crescido consideravelmente nas regiões metropolitanas brasileiras. Existe uma tendência de deslocamento no mercado de trabalho do formal para o informal.

Além dessa tendência de deslocamento, Posthuma, (1999), identifica outras três tendências: setorial - o trabalho está mudando da indústria para o comércio e serviços; ocupacional - os trabalhadores estão se deslocando de profissões específicas e formalizadas para atividades sem relação com sua ocupação anterior, regional - os trabalhadores estão migrando das regiões que passam por ajustes estruturais profundos para novos pólos de crescimento.

Os deslocamentos que ocorrem no mercado de trabalho não são suficientes para equilibrar as mudanças de um setor para outro, por exemplo, apesar das atividades se deslocarem da indústria para o comércio e serviços, esse movimento não foi capaz de cobrir o número de postos de trabalho destruídos no setor industrial; por isso, os dados mostram crescimento no setor de serviços, mas a situação do desemprego permanece, pois o crescimento não foi suficiente para suprir a necessidade de postos de trabalho.

Com isso, mesmo alguns setores que apresentam um certo dinamismo não amenizaram a situação do desemprego, que se tornou fato preocupante tanto em países desenvolvidos como periféricos.

No caso da América Latina, o relatório do progresso econômico e social¹¹, realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), informou que essa região enfrenta hoje o pior nível de desemprego dos últimos 20 anos, apresentando uma taxa média de desempregados de 10%. O desemprego cresceu com maior intensidade após os períodos de crises internacionais.

As novas configurações do desemprego nos últimos anos atingiram diferentes segmentos sociais, sejam trabalhadores qualificados ou desqualificados, independentemente de sua condição social. Quando estudado na perspectiva de classes, o desemprego não tem poupado nenhum segmento.

Estudos de Pochmann¹², realizados entre os anos 1992 e 2002, apontam que o desemprego chegou à classe média-alta. Na média nacional, o crescimento foi de 50% no período analisado, com a taxa passando de 2,6% para 3,9%, o que representa, em números absolutos, que os desempregados dessa classe passaram de 232 mil para 423 mil pessoas. No grande Recife o número de desempregados na classe média-alta cresceu 41,9%, passou de 4,3% para 6,1% da população economicamente ativa.

Para compreender o desemprego, buscam-se explicações para o fenômeno, visando identificar suas causas e direcionar as respostas ao problema.

De acordo com Arcoverde, (1998), é comum atribuir a situação do desemprego: determinações estruturais - reestruturação do processo de trabalho e das relações laborais¹³; determinações conjunturais - globalização, abertura de mercados, constituição de blocos econômicos e determinações políticas - ajuste estrutural, reforma do Estado, privatizações, busca de estabilização econômica etc.

Quanto ao tipo, Barros, Cossio e Teles, (2001), classificam o desemprego em três tipos: estrutural, friccional e por descasamento.

¹¹ Referida em reportagem do Diário de Pernambuco em 9 de novembro de 2003

¹² Referido em reportagem Diário de Pernambuco 29 de fevereiro de 2004

¹³ inovações tecnológicas, busca de produtividade e competitividade, flexibilização, redução dos custos, etc. (ARCOVERDE, 1998)

O desemprego estrutural é caracterizado pela escassez de vagas, escassez esta que “é sempre em última instância, decorrente da falta ou insuficiência do crescimento econômico” (Ibid p. 111).

No desemprego friccional e por descasamento, o desemprego ocorre devido à dificuldade de preenchimento dos postos existentes. No friccional, o preenchimento não ocorre devido à existência de informação assimétrica entre trabalhadores e empresas, ou seja, os trabalhadores têm informações limitadas das vagas existentes e as empresas informações limitadas sobre a mão-de-obra disponível.

Já no desemprego por descasamento, o motivo para a dificuldade do preenchimento de vagas é a diferença entre a qualificação do desempregado e a qualificação demandada pelas empresas que oferecem postos de trabalho, neste caso, uma política mais adequada seria a de qualificação profissional.

A persistência do desemprego impulsionou a criação de políticas de emprego e renda, entre outras, a de qualificação do trabalhador. Criada nos anos 1990, essa política diagnosticava a falta de qualificação do trabalhador como propulsora do crescimento do desemprego.

O Brasil, que possuía uma mão-de-obra pouco qualificada, deparou-se com uma situação inusitada. Não possuía mão-de-obra qualificada nos moldes “antigos”; agora tinha que preparar a mão-de-obra para as novas exigências do mercado, fomentando assim, uma grande discussão sobre qualificação profissional e ações para preparar a mão-de-obra.

O entendimento oficial da questão do desemprego no país suprimiu algumas faces da situação, como a dificuldade para geração empregos, que, quando gerados, não são suficientes para amenizar a questão ou são de baixa qualidade. Há uma tendência mundial convergente para o crescimento do desemprego, devido aos reflexos das mudanças no mundo do trabalho.

Mas o governo brasileiro, na sua interpretação para a situação do desemprego, relegou a segundo plano esse cenário, imputando ao trabalhador a responsabilidade do seu desemprego. Fomentou assim, a criação de uma política pública de qualificação profissional, visando preparar a mão-de-obra para ingresso no mercado de trabalho.

CAPÍTULO 2

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE ÀS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

2.1. O Redimensionamento do conceito de qualificação profissional

Na perspectiva da qualificação profissional, as mudanças no mundo do trabalho impulsionaram a discussão e o redimensionamento do conceito de qualificação, pois novas exigências são demandadas aos trabalhadores.

No que se refere ao aspecto conceitual da qualificação, estudos apontam diferentes dimensões do termo. Manfredi (1998), por exemplo, em sua análise sobre o tema, afirma que as noções de qualificação dependem dos referenciais aos quais estão relacionadas e aponta algumas delas: na perspectiva da economia da educação, qualificação é sinônimo de preparação de capital humano¹⁴.

Já a perspectiva que estuda o tema a partir da produção e da organização do trabalho compreende qualificação como inerente ao posto de trabalho, concepção essa originada do modelo fordista/taylorista. Nesse sentido, existe a qualificação do trabalhador e a do posto de trabalho.

Os estudos de Dubar (1998), fundamentados na sociologia francesa do trabalho, por sua vez, aponta que, com a industrialização e a divisão do trabalho, ocorreu uma nova definição de qualificação fundada na análise dos postos. Passou-se então da qualificação do operário para a qualificação relacionada ao posto de trabalho.

Com isso, afirma o autor, surgem dois sentidos para a qualificação: o de habilidades profissionais, adquiridas pela própria prática, nas quais os saberes estão intimamente ligados às pessoas, e o de qualificação técnica, onde os conhecimentos formalizados são de caráter abstrato, formal e processual, sendo assim, a “habilitação funda-se no conhecimento prévio desses procedimentos e sobre a capacidade de formalização de situações padronizadas”. (Ibid, p. 9).

Para Ramos (2002), o conceito de qualificação consolidou-se com o modelo fordista/taylorista de produção, em torno do qual se inscreveram, tanto os padrões de formação quanto os empregos, carreiras e remuneração. Sendo assim,

qualificação passou a ser compreendida muito mais como uma relação social complexa entre as operações técnicas, a estimativa de seu valor social e as implicações econômico-políticas que advém dessa relação, do que como estoque de saberes. (Ibid, p. 2)

Compreender qualificação como construção social, como aponta Ramos, é pensamento compartilhado também por Dedecca (1998), que aponta a qualificação como reflexo da forma de organização do processo de trabalho que, segundo ele, é determinada pelas instituições (Estado, empresas, sindicatos) e nas relações que estas estabelecem entre si.

Leite e Posthuma (1995), também apontando a dimensão social, afirmam que por ser socialmente construída, a qualificação não se reduz à simples medição de escolaridade ou de tempo de treinamento. Além disso, essa dimensão permite incorporar o aspecto político e cultural do fenômeno. Mas, ressaltam as autoras, que, nessa perspectiva, a qualificação só pode ser entendida como resultado de uma determinada divisão do trabalho.

As concepções apresentadas indicam que qualificação possui no mínimo três características: 1) subjetivo/humanista, quando aponta qualificação como habilidades que o ser humano adquire em suas experiências cotidianas; 2) objetivo/positivista, apontando para a qualificação do posto e sendo necessária à adequação do trabalhador às suas exigências; 3) social, quando se refere à qualificação como construção social.

Schwartz (1995), equaciona essas concepções quando apresenta três dimensões para a qualificação: uma conceitual - associada aos aspectos formais, relacionados aos títulos e diplomas; outra social - coloca a qualificação no âmbito das relações sociais que se estabelecem entre os conteúdos das atividades e classificação hierárquica, bem como ao conjunto de regras e direitos relativos ao exercício profissional construídos coletivamente; e, ainda, a dimensão experimental,

¹⁴ Pensamento esse bastante difundido nos anos 50 e 60, articulavam educação ao desenvolvimento sócio-econômico.

relacionada ao conteúdo real do trabalho, em que se inscreveram, não somente os conceitos, mas o conjunto de saberes postos em jogo quando da realização do trabalho. Para Ramos (2002, p. 3),

a qualificação tem sido tensionada pela noção de competência, em razão do enfraquecimento de suas dimensões conceitual e social em benefício da dimensão experimental. A primeira porque os saberes tácitos e sociais adquirem relevância diante dos saberes formais, cuja posse era normalmente atestada pelos diplomas. A segunda porque, em face da crise do emprego e da valorização de potencialidades individuais, as negociações coletivas, antes realizadas por categorias de trabalhadores, passam a se basear em normas e regras que, mesmo pactuadas coletivamente, aplicam-se individualmente.

De uma forma ou de outra, essas concepções têm em comum a organização do trabalho, pois seja na perspectiva subjetiva, na objetiva ou na social, a qualificação está articulada ao processo de trabalho e como este se organiza. O que as distingue é o referencial que orienta a observação/estudo do fenômeno. Sendo assim, recebe influência tanto das mudanças que se processam no mundo do trabalho, como das relações que se estabelecem frente à essas mudanças.

Isso significa que existe a necessidade dos trabalhadores acompanharem as mudanças do mundo do trabalho, mas existe também a propagação de um ideário advindo das relações entre capital e trabalho que superdimensiona a qualificação, colocando para os trabalhadores a responsabilidade de acesso ou não ao posto de trabalho, deixando de refletir sobre os aspectos estruturais do mercado de trabalho e os efeitos negativos das mudanças.

Sobre esse aspecto Dubar (1998) afirma que as mudanças no mundo do trabalho modificaram tanto a organização do trabalho industrial quanto a relação do trabalhador para com o trabalho, e que a qualificação se constitui um indicador dessas mudanças na medida em que reflete sobre o valor social das tarefas realizadas e o tempo de formação dos trabalhadores.

A era industrial contribui para apreender tal pensamento. A organização das bases produtivas com a divisão do trabalho refletiu em um tipo de formação profissional, tornando necessária a preparação profissional para adequação aos postos de trabalho. Para isso, foram criados os centros de formação profissional com vista a formar técnicos que atendessem as exigências dos postos de trabalho.

Na atualidade, as novas exigências de qualificação têm impulsionado as reformas nos sistemas de educação profissional, com vista a adequá-las aos novos requerimentos do mercado. Com isso, o conceito de qualificação passa a ser redimensionado em dois sentidos.

Primeiro, deixa de ter centralidade a qualificação do posto de trabalho, passando a ter maior importância a qualificação do trabalhador. Segundo, essa qualificação apresenta novas características; não é apenas a qualificação formal do trabalhador que é levada em consideração, agora são exigidos traços subjetivos.

Ramos (2002), aponta que o redimensionamento do conceito de qualificação traz implicações sobre a formação profissional, sobre o acesso ao emprego e remuneração. Existe um movimento generalizado, em diversos países no mundo, de reformulação de seus sistemas de educação profissional. Tal fenômeno, afirma ainda o autor, tem um significado não somente técnico, mas também político, na medida em que as reformas estão associadas aos processos de globalização da economia e à crise do emprego, requerendo a necessidade da criação de novos códigos que aproximam a educação das tendências produtivas.

Para Frigotto (1999), a educação profissional está imbricada na crise societária vigente. Crise esta que é ao mesmo tempo: sócio-econômica - que se explicita pela desordem dos mercados mundiais, hegemonia do capital especulativo, monopólio da ciência e da técnica, desemprego estrutural e maximização da exclusão; teórica - a crise se revela na incapacidade de referenciais de análise darem conta dos desafios do presente; e ético-política - que se manifesta pela naturalização da exclusão, da violência e da miséria humana.

De acordo com Posthuma (1999), as transformações estruturais na economia e no mercado de trabalho estão mudando o foco da educação profissional, pois a competição global e a liberação econômica passam a exigir uma força de trabalho qualificada para lidar com processos mais sofisticados tecnologicamente. Além disso, a organização do trabalho privilegia capacidades de assumir responsabilidades, exigindo muito mais do trabalhador.

Ferretti (2002), por sua vez, afirma que sob o argumento principal de que as mudanças que estão ocorrendo na esfera do trabalho demandariam um novo tipo de trabalhador mais ilustrado, mais informado e possuidor de níveis de escolaridade

mais altos, desencadeia um intenso movimento de reformas educacionais que viriam a atingir todos os níveis da educação nacional.

No contexto da reforma educacional, surge a noção de competência entendida como capacidade de: diagnosticar e resolver problemas, trabalhar em equipe, possuir autocontrole, criatividade, iniciativa, formação contínua, etc., ou seja, é levado em consideração o perfil subjetivo dos trabalhadores, sua capacidade de ação e reação frente aos problemas e às pressões no trabalho.

Para Manfredi (1998), as noções de competência têm sido consideradas como alternativas à qualificação, sendo recriadas e reatualizadas pelas equipes de recursos humanos das grandes empresas capitalistas no nível das gerências, a fim de construir novos critérios de acesso e permanência no emprego, reduzindo, assim, a noção de competência ao rol de aptidões e habilidades genéricas voltadas às exigências do capital, sem considerar sua dimensão social e política integrada na correlação de forças entre capital-trabalho.

Afirma, ainda, a autora que em uma análise mais ampla sobre a opção por este modelo de competência

estaria ancorada uma lógica de recomposição da hegemonia do capital, onde a resignificação da qualificação e das estratégias de formação profissional fazem parte de um processo de ressocialização e aculturação da classe trabalhadora, tendo como função reintegrá-los aos novos modelos de produção e gestão do capitalismo em sua fase de transnacionalização. (Ibid, p.15)

Busca-se, nesse sentido, adequar a educação formal e profissional às mudanças postas, reduzindo o papel da educação aos interesses do mercado. Com isso, as reformas educacionais que se processam visam, principalmente, atender às exigências do mercado.

Frigotto (1999, p.22), aponta que o ideário das novas habilidades ou competências apaga o horizonte da educação formal e profissional como um direito subjetivo de todos. “Trata-se, agora, de serviços ou bens a serem adquiridos para competir no mercado produtivo - uma perspectiva educativa produtivista, mercadológica, pragmática e, portanto, desintegradora”.

Na realidade, cria-se, no imaginário social, uma correlação positiva entre formação-emprego: quanto mais qualificado, mais competente, maiores as chances

de conseguir emprego. Correlação essa questionável frente à situação atual do mercado de trabalho, marcada pelo desemprego estrutural.

Tanguy (1999), afirma que as relações entre formação e emprego se estabelecem ao cabo de uma cadeia de mediações na forma de redes e não de relações lineares. Dessa forma, privilegiar a vinculação da formação com o emprego para dar conta das mudanças em curso equivale a ocultar as desigualdades entre classes sociais perante essas mudanças.

Considerar uma relação linear entre formação e emprego não apenas oculta as desigualdades entre as classes sociais, mas também, a segmentação existente no mercado de trabalho devido à divisão social e técnica do trabalho, em termos de postos de trabalho e da posição que cada país ocupa na cadeia produtiva. Diferentes postos exigirão diferentes qualificações.

Para Antunes (1999), a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se, tornou-se mais qualificada em vários setores, como na siderurgia, mas desqualificou-se, precarizou-se em outros, como na indústria automobilística. Criou-se uma classe trabalhadora dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, estáveis e precários.

Com isso, tornou-se imprescindível, na discussão sobre qualificação profissional, considerar a forma como se estrutura o mercado de trabalho, pois existem diferentes demandas e diferentes tipos de trabalhadores. A relação entre um e outro serão estabelecidas pela forma de organização do processo produtivo e dos acordos que se processam nas relações sociais.

No modelo produtivo vigente os postos de trabalho que exigem altos padrões de qualificação são cada vez mais escassos, aumentando a concorrência entre os trabalhadores. Conseguir inserção no posto de trabalho formal torna-se uma verdadeira maratona, sendo a competência o diferencial na hora da contratação.

Mas, as exigências por qualificação não são homogêneas. Diferentes ramos de atuação requerem diferentes qualificações. Temos, no mercado de trabalho, diferentes tipos de exigências: aquelas que exigem a articulação entre qualificação formal, subjetiva e experiências profissionais; outras que exigem a qualificação formal de nível médio ou técnico e experiência profissional e, dependendo da área

de atuação, aspectos subjetivos; e outras que exigem uma escolaridade mínima, de pelo menos, ensino fundamental e experiência profissional.

Tal exposição não esgota as exigências das áreas e dos postos existentes, mas contribuem para mostrar que existem diferenças. Não se pode generalizar o tipo de qualificação exigida, é preciso considerar o que de fato tem sido requerido pelo mercado de trabalho.

No Brasil, por exemplo, as discussões oficiais sobre qualificação seguem uma linha que coloca para o trabalhador a responsabilidade do seu desemprego, devido à falta de qualificação. Com isso, as ações para o enfrentamento da questão do desemprego articularam-se com a discussão e execução de programas voltados à qualificação do trabalhador. Para isso, se processou uma discussão que apontou para a “reforma” da educação profissional e um outro conceito de qualificação.

2.2. Qualificação profissional: o caminho que o Brasil escolheu

2.2.1 Revisitando o pensamento oficial sobre qualificação

Sobre a discussão de qualificação profissional no Brasil, iniciada entre as décadas de 1940 e 1950, podemos afirmar que foi tímida, pois, de um lado, existia uma força de trabalho recém-chegada do campo, com pouca ou nenhuma qualificação, e, de outro, a emergência do processo industrial.

Tal situação não foi impedimento para que os trabalhadores fossem se inserindo nas fábricas ou em outras atividades, já que boa parte das ocupações se caracterizava por tarefas simples. Sendo assim, a falta de qualificação não se constituiu em um entrave, pois as ocupações que exigiam qualificação eram restritas ao conhecimento técnico ou gerencial.

Para responder a demanda por conhecimento técnico, foram criados centros de Educação Profissional Brasileira, entre outros: o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e Serviço Nacional do Comércio (SENAC), além das escolas técnicas federais e estaduais, visando adequar a força de trabalho ao processo industrial. Já a demanda de conhecimento gerencial foi suprida pela educação formal. Criando, assim, a segmentação entre educação formal e educação profissional.

Segundo Vieira e Alves (1995), essa segmentação na educação brasileira é herdada da década de 1950, período do avanço do processo industrial brasileiro, que consiste em: uma educação formal, em que os alunos tinham acesso a um conjunto básico de conhecimentos, e outra, a educação para o trabalho ou Educação Profissional, realizada quase que exclusivamente pelo Senai, Senac e escolas técnicas em que o aluno recebia um conjunto de informações para o domínio de atividade específica sem um aprofundamento que possibilitasse continuar os estudos ou mesmo se qualificar em outro domínio.

O conceito de qualificação sob essas bases enfatizava a qualificação do posto de trabalho, prevalecendo, assim, a exigência de conhecimento técnico e formal, restando ao trabalhador se adequar às exigências dos postos de trabalho. Consolidou-se no país uma Educação Profissional voltada à formação técnica, cujo acesso era restrito a um pequeno grupo de trabalhadores, enquanto a maioria continuava com pouca ou nenhuma qualificação e baixa escolaridade.

A qualificação no cenário brasileiro estava também associada à idéia do desenvolvimento humano como propulsor do crescimento econômico. Ao conseguir se adequar aos postos de trabalho, o trabalhador estaria contribuindo para a promoção do país. Tal perspectiva demonstra que os estudos sobre qualificação estavam atrelados à Economia da Educação com o ideário da teoria do capital humano e do parâmetro da produção e organização do trabalho, com ênfase no posto de trabalho, como apontou Manfredi (1998).

Esse formato educacional permaneceu até a década de 1980, pois a partir dos anos 90, com as mudanças no mundo do trabalho, o debate sobre qualificação se fortaleceu e tomou outros rumos, pois para ingressar no mercado mundial, onde novas tecnologias, qualidade e competitividade imperam, era imprescindível uma mão-de-obra qualificada. Nessa conjuntura, os principais desafios junto aos trabalhadores seriam: enfrentar a questão da mão-de-obra pouco qualificada e o crescimento do desemprego.

O diagnóstico governamental para tais problemas consistiu no cruzamento dessas duas questões, pois o desemprego passou a ser associado à falta de qualificação do trabalhador, que não conseguia se adequar às novas tecnologias, sendo necessário sua qualificação e requalificação, surgindo, assim, explicações e estudos sobre a baixa qualificação da força de trabalho brasileira.

Dornelles (2001), fortalecendo o discurso oficial, afirma que a rápida transformação no padrão produtivo trouxe o desemprego pela falta de qualificação, pois muitos trabalhadores, cujos postos foram eliminados com as inovações tecnológicas, têm dificuldades para se inserir no mercado laboral por conta de seu baixo nível de qualificação.

Já outros estudos¹⁵ apontavam que os níveis de escolaridade dos trabalhadores brasileiros, no início da década de 1990, eram baixos em relação aos padrões mundiais. De acordo com a Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD/1990), 53% dos trabalhadores tinham até cinco anos de estudo, o que representava um grande desafio, sendo necessário elevar o grau de instrução e qualificá-los para o mercado de trabalho.

De acordo com estudos do IPEA, realizados por Vieira e Alves (1995), a superação do baixo nível de escolaridade, o grande número de jovens egressos a cada ano do sistema educacional com preparo inadequado, a desatualização e ineficiência do sistema de formação profissional para atender as mudanças tecnológicas e gerenciais e a inexistência do componente de qualificação profissional na política pública de combate ao desemprego têm sido os desafios enfrentados pelo país para a modernização.

Tais problemas impulsionaram tomadas de decisões com vistas a reformar o sistema de educação profissional, diagnosticada como inadequada frente às novas exigências do mercado de trabalho.

Os principais traços da Educação Profissional Brasileira, segundo o diagnóstico da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR, 1999), consistiam em:

- constituição e fortalecimento de sistemas ou redes de Educação Profissional, nacionais ou mesmo estaduais - tipificados pelo Sistema S (SENAI, SENAC, SENAT etc.), pela rede de ensino técnico federal e algumas redes estaduais;
- relativo isolamento e segmentação das instituições, gestão centralizada dessas redes ou sistemas, sob controle do Estado ou do empresariado, sem participação efetiva de sindicatos ou outras representações de trabalhadores;

¹⁵ Pesquisa DIEESE 2001 e Vieira e Alves texto para discussão nº 376 IPEA, 1995

→ modelos pedagógicos definidos a partir da histórica segmentação “educação geral x educação profissional”;

→ formação orientada para conceito de trabalho restritivo - assalariado, urbanoindustrial, masculino, branco - excluindo ou limitando o acesso de grandes contingentes da PEA (trabalhadores rurais, autônomos, mulheres, jovens, adultos de baixa escolaridade, grupos étnicos, populações vulneráveis em geral);

Esses traços não somente demonstram a segmentação da educação brasileira, como apontam para uma estruturação educacional voltada para o adestramento da força de trabalho com forte controle governamental e empresarial sobre a educação.

Além disso, os mais vulneráveis, boa parte da população, tinham poucas oportunidades de acesso à educação, seja ela básica ou profissional, contribuindo, assim, para a baixa qualificação dos trabalhadores. E é justamente esse grupo que será foco da política de qualificação profissional a partir de 1995.

As mudanças no mundo do trabalho e o sucateamento da educação impulsionaram a reforma educacional no Brasil na década de 90, visando adequar a educação brasileira às exigências que imperam no mercado global. Com a aprovação da Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, houve a reformulação da Educação Profissional, que trouxe, novamente, o acesso à Educação Profissional, independente da escolaridade.

A educação formal e a profissional sofreram uma série de reformulações, sobretudo as escolas técnicas, mas nos deteremos às análises relacionadas à educação profissional, voltada às classes vulneráveis, que se configuraram no Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador.

Frigotto (1999, p.1), chama a atenção para a forma como se processou a criação da LDB aprovada, afirmando que esta

resultou de um projeto que correu paralelo à longa e intensa negociação efetivada por mais de 30 instituições da sociedade civil, e expressa, na sua essência, o enquadramento da educação fundamental, média e superior, e da formação técnico-profissional ao ajuste mais amplo da sociedade brasileira à nova (des)ordem mundial.

Isso aponta para o fato de que a reforma educacional brasileira não passou por um processo de discussão. Foi instituída de forma impositiva, com objetivos bem específicos, não representando um avanço, mas sim uma adequação às mudanças do mundo do trabalho.

2.2.2. A “reforma” da Educação Profissional Brasileira.

A discussão atual sobre qualificação profissional se consolidou no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1996, e seguiu as lógicas neoliberais, colocando para o trabalhador a responsabilidade de sua qualificação.

Importando as discussões internacionais sobre qualificação, o governo brasileiro procedeu com a reforma na educação brasileira, constituindo nesse período uma política pública de qualificação profissional voltada, principalmente, aos desempregados e subempregados, pessoas com poucos anos de estudos.

De acordo com Lei 9.394/96 – LDB - a Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A LDB, no caso, vem disciplinar a educação escolar que deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Segundo o art. 2º do título II, a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Educação Profissional, por sua vez, “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e a tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (art. 39), sendo oportunizado aos egressos do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto.

Segundo a nova LDB, as escolas técnicas e profissionais devem oferecer cursos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

O decreto 2.208/97, que regulamentou a educação profissional contida na LDB/96 afirma, que esta tem por objetivos:

- I - promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;
- II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
- III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;
- IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Ainda, de acordo com esse decreto, a educação profissional compreende três níveis: I. básico - destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhos, independentes de escolaridade prévia; II. técnico - destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egresso de ensino médio; III. tecnológico - corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

A reforma educacional brasileira não diluiu a segmentação da educação, pelo contrário, fortaleceu e reafirmou tal divisão, separando ainda mais o ensino formal do profissional, além de definir a educação profissional básica para a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, enquanto o técnico e tecnológico permaneceram com o Ministério da Educação.

A educação profissional básica como política pública foi sendo implementada através do Plano Nacional de Qualificação Profissional - PLANFOR, revelando-se uma política pública voltada aos excluídos do mercado de trabalho ou sob o risco da exclusão. Estava inserida nas políticas de emprego e renda, mas suas diretrizes apontavam muito mais para uma política voltada a pobreza, ao definir como público alvo os trabalhadores mais vulneráveis.

Para Ferretti (1999), o pressuposto do Ministério da Educação e Desporto, assim como do Ministério do Trabalho, é o de que a educação básica e a formação profissional continuada constituem pilares para o desenvolvimento auto-sustentado e para a inserção competitiva do país no mercado internacional globalizado. Tais instâncias, afirma, ainda, o autor, partem igualmente do pressuposto de que, por meio da elevação do nível de escolaridade e da qualificação profissional da população, será aumentada a empregabilidade e, portanto, a equidade no plano social.

Esse pressuposto contribuiu para mascarar a realidade do mercado de trabalho brasileiro, pois os efeitos das mudanças do mundo do trabalho, no que se refere ao emprego/desemprego, atingiram diferentes grupos de trabalhadores sejam eles qualificados ou não.

Mas como boa parte da força de trabalho possuía pouca escolaridade e qualificação, as explicações convergiram para considerar a situação do desemprego como decorrente da desqualificação dos trabalhadores e/ou sucateamento da educação profissional brasileira, impulsionando, assim, o processo de reforma educacional.

Os fundamentos da reforma apontam para o redimensionamento da qualificação profissional e para a noção de competência. Os textos oficiais demonstram que a competência é um alvo a ser atingido pelos trabalhadores frente às mudanças no mundo do trabalho, e assim garantirem seus espaços no mercado de trabalho, revelando um caráter individualista por trás de seus fundamentos. Segundo documentos oficiais,

a qualificação deixa de ser entendida como capacidade de realizar tarefas/operações, passando a se definir como capacidade de ação e reação diante de eventos, imprevisíveis em sua grande maioria, (...) deixa de ser indicada meramente pela destreza operacional, traduzida em gestos e movimentos, passando a traduzir-se cada vez mais na capacidade de julgamento, decisão e intervenção diante do novo ou do imprevisto. (MTE, 1999, P. 12)

Afirma Ramos (2002) que a noção de competência está no cerne da reforma da educação profissional brasileira; com isso, há predominância das dimensões conceituais da qualificação, que reconhecem a aprendizagem por vias formais, e a experimental, que destaca as competências construídas e demonstradas na

experiência concreta do trabalho. Como a dimensão social da qualificação não é considerada, prevalece nas diretrizes um claro determinismo tecnológico.

Do ponto de vista governamental, a qualificação profissional, contribui para aumentar a empregabilidade do trabalhador. Empregabilidade entendida como “atributo que o trabalhador deve possuir para que aumente a probabilidade de manter seu emprego ou obter uma nova ocupação” (Ministério do Trabalho e Emprego, 1998, p. 42),

Assumir a empregabilidade como eixo norteador das ações, de qualificação é, segundo Oliveira (2001, p.14), abandonar a idéia de uma formação para uma atividade específica e objetivar a possibilidade de um indivíduo manter-se empregado, o que remete à necessidade de somar o maior número de competências possíveis.

Com isso, afirma o autor, institui-se no imaginário da população a compreensão de que sua posição social, ou sua não inserção no mercado de trabalho, decorre da sua incapacidade, retirando do Estado a responsabilidade pela situação social na qual vive parte considerável da população brasileira.

A empregabilidade tem sido duramente criticada nas discussões sobre qualificação por mascarar os problemas estruturais do mercado de trabalho, entre outros, os da precarização do trabalho e a redução dos postos formais, imputando ao trabalhador o dever de se manter empregável.

As noções de empregabilidade, trabalhabilidade ou laborabilidade, que buscam positivar a situação de desmonte da sociedade salarial, quando confrontadas com a realidade, não apenas evidenciam seu caráter mistificador, mas, sobretudo, revelam também um elevado grau de cinismo” (Frigotto, 1999, p. 23)

A forma como se processou a reforma educacional brasileira, bem como os rumos que tomou a qualificação, fez surgir uma série de discussões sobre a temática, por revelar uma lógica que privilegia o mercado e não o trabalhador, retomando, assim, a lógica do capital humano como propulsora do desenvolvimento social econômico.

2.2.3. Discutindo os rumos da qualificação profissional no Brasil

O modo como se processou a reforma na educação profissional brasileira contribuiu para fomentar a discussão do modelo de educação e qualificação profissional escolhida pelo país. Escolha esta voltada a considerar uma relação linear entre formação e emprego, dando maior peso para a qualificação do trabalhador como promotora do desenvolvimento pessoal, social e até mesmo econômico.

As discussões sobre qualificação profissional trouxeram a retomada da teoria do capital humano, ideário difundido a partir dos anos 60 nos Estados Unidos e anos 70 no Brasil, que aponta a educação e a qualificação como propulsoras do desenvolvimento social. Neste ideário, a não-qualificação aparece como empecilho ao desenvolvimento, sendo necessário investir no capital humano, viabilizando, assim, oportunidades ao trabalhador desempregado, além de contribuir para o desenvolvimento do país e para redução das disparidades regionais.

E é justamente essa idéia que está por trás do discurso governamental, atribui-se grande importância à qualificação profissional, não somente como importante para a inserção no mercado de trabalho, mas também para a promoção do desenvolvimento e inserção do país no mundo globalizado.

Afirma o Ministério do Trabalho (1998, p. 42), que

O investimento na formação de recursos humanos é essencial para que se aumente a produtividade da economia. Ademais, tem implicações importantes para a redução das desigualdades de renda e para a ampliação da cidadania.

Além disso, as capacidades humanas são enfatizadas como promotoras do desenvolvimento, relegando a patamares inferiores os problemas estruturais do mundo globalizado e seus efeitos sobre o mercado de trabalho.

Na concepção de Amadeo (1999, p. 36),

o dinamismo econômico está cada vez mais no conhecimento, nas habilidades e na experiência dos trabalhadores e não no capital físico ou nas empresas. A qualidade dos trabalhadores e a eficiência de sua relação com as empresas determinarão, em última análise, a rapidez do progresso econômico das nações.

“A tese central da teoria do capital humano vincula educação ao desenvolvimento econômico, à distribuição de renda, configurando-se como uma teoria do desenvolvimento”.(Frigotto,1993, p. 41)

Na ótica de Oliveira (2001, p. 5)

A Teoria do Capital Humano ressurge das cinzas, só que desta vez vem acompanhada de todo o substrato que dá sustentação à produção flexível, bem como das recomendações de eficiência e produtividade presentes no referencial neoliberal.

Afirma, ainda, o autor, que o capital busca uma nova interpretação ideológica capaz de justificar as relações de poder e de exploração. Nesse sentido, surge o discurso de que vivemos numa Sociedade do Conhecimento e que neste novo contexto são exigidas dos trabalhadores novas qualificações e habilidades.

Investir em si mesmo, tornar-se empregável, ser versátil, comunicativo, ter iniciativa, se reciclar, atualizar, são dicas difundidas junto aos trabalhadores, para que estes consigam um lugar no concorrido mercado de trabalho, ou seja, é difundida a necessidade do trabalhador investir na sua empregabilidade.

Mas, ao procurar inserção no mercado de trabalho, os trabalhadores, mesmo possuindo qualificação, têm dificuldades de se inserir no mercado, demonstrando que a questão do desemprego não ocorre apenas pela desqualificação profissional.

De acordo com relatório da Geografia da Educação Brasileira 2001 (INEP/MEC, 2002), nos últimos anos a educação da população brasileira melhorou, apesar de não erradicar os problemas existentes. A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade caiu de 25,4% em 1980 para 13,6% em 2000; apesar da queda percentual temos ainda 16 milhões de analfabetos.

Pesquisas sobre mercado de trabalho revelam que apesar das pessoas possuírem qualificação e até estudar em boas universidades continuam excluídas do mercado laboral. O mesmo mostrou pesquisa sobre exclusão e inclusão no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Recife desenvolvida de 1998 a 2000 do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Políticas Sociais e Direitos Sociais (NEPPS/UFPE), onde se constatou que os trabalhadores possuíam qualificação, mas continuavam desempregadas.

Para esses trabalhadores a empregabilidade não tem sido obstáculo para inserção no mercado uma vez que têm investido em qualificação. Tal fato demonstra, sim, que o problema do desemprego não está apenas na falta de empregabilidade, como concretiza o discurso oficial.

Alves (2000:7), afirma que

o conceito de empregabilidade opera com clareza ideológica as contradições da mundialização do capital, um sistema mundial de produção de mercadorias centrado na lógica da financeirização e da produção enxuta, totalmente avesso às políticas de pleno emprego e geradora de desemprego e exclusão social. Por isso a tendência é disseminar, como eixo estruturador de sua política de formação profissional.

Para este autor o conceito de empregabilidade representa a nova tradução da teoria do capital humano sob o capitalismo global. Nesse sentido, a qualificação profissional, apenas habilita o trabalhador para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo efetivamente sua inserção. (Ibid:p. 9)

O conceito de empregabilidade foi o eixo norteador do Plano Nacional de Qualificação. Um dos principais objetivos deste plano era elevar a empregabilidade dos trabalhadores em condições vulneráveis, excluídos e subempregados do mercado laboral. Diz o discurso oficial que:

a qualificação profissional, ainda que, por si mesma, não crie empregos, é ferramenta indispensável para que o trabalhador possa enfrentar os desafios que as mudanças tecnológicas, organizacionais e gerenciais impõem à economia brasileira. (Ministério do Trabalho e Emprego, 1998, p. 43)

No contexto de mudanças, a qualificação profissional não somente passa por um reordenamento devido às novas exigências do mundo do trabalho, como também ganhou centralidade no enfrentamento do desemprego. Mas a realidade social tem demonstrado que qualificação é relevante para quem busca um posto de trabalho, porém não implica necessariamente em inserção no mercado laboral, sendo necessário ampliar a discussão e as formas de enfrentamento da questão.

Atribuir ao trabalhador a responsabilidade de uma situação que perpassa o fogo cruzado do jogo de interesses e poder mundialmente produzido é, sem dúvida, um ideário perverso que visa mascarar as relações que se processam em um modelo político e econômico excludente e desigual.

É reafirmar também a teoria do capital humano, pois se atribui o investimento em capital humano como saída para a superação dos problemas do mercado de trabalho e da condição de exclusão do trabalhador, deixando os problemas inerentes às transformações do mundo do trabalho em segundo plano.

Como articula Frigotto (1991, p. 1), “diante das mudanças no mundo do trabalho, mormente da crise estrutural do emprego, já não se pensa em formar para o posto de trabalho, mas formar para a empregabilidade”.

Reflete, ainda, esse autor que é uma postura equivocada atrelar a educação formal básica ao imediatismo do mercado de trabalho e à ideologia das competências para a empregabilidade. Trata-se de noções ideológicas que não possuem densidade histórica, de um lado, porque, se é básica, refere-se a todas as dimensões da vida humana e não unicamente ao mercado, de outro, porque a relação do conhecimento básico com o mundo da produção é mediatizada pelas relações sociais. (Ibid.p. 27)

O caminho escolhido pelo Brasil para efetivar a qualificação profissional e responder às novas exigências do mundo do trabalho seguiu o caminho das idéias neoliberais de defender o dinamismo do mercado e responsabilizar os indivíduos pelas mazelas sociais. O país defendeu o mercado e colocou a carga dos efeitos negativos sob responsabilidade dos trabalhadores, que passaram a acreditar no seu fracasso profissional como decorrente da sua falta de qualificação.

Visando possibilitar a empregabilidade dos desocupados e sob o risco de desocupação, a qualificação profissional passou a ser uma das principais diretrizes das políticas públicas de enfrentamento ao desemprego, ou seja, as políticas de emprego e renda, objetivando qualificar a força de trabalho brasileira.

2.3. A qualificação profissional como política pública de emprego e renda.

A intervenção do Estado na relação capital x trabalho se intensifica à medida que se consolida o modo de produção capitalista em sua fase monopolista. Neste período, os trabalhadores vivenciavam condições de trabalho sub-humanas com longas jornadas de trabalho, em ambientes insalubres, sem qualquer proteção trabalhista, o que os levou a se organizar e reivindicar melhores condições de vida e trabalho.

A partir daí, o Estado começa sua intervenção junto à questão do trabalho, criando algumas instituições de regulação como o Departamento Nacional do Trabalho em 1918, o Conselho Nacional de Trabalho em 1923, e o Ministério do Trabalho em 1931, todos eles com a finalidade de organizar as relações de trabalho, sendo consolidadas em 1943 as leis do trabalho.

No período desenvolvimentista (1950 -1964) houve investimento maciço na industrialização brasileira, a intervenção do Estado voltou-se para subsidiar as indústrias nacionais, com a intenção de promover o desenvolvimento econômico do país. Até a década de 80, as políticas de emprego eram voltadas a organizar as relações de trabalho e eram mais conhecidas como políticas de proteção social.

As crises e mudanças ocorridas no cenário econômico mundial, sobretudo a partir dos anos 90, trouxeram fortes rebatimentos para o mercado de trabalho, cujos efeitos incidem sobre os trabalhadores, que passaram a vivenciar relações de trabalho precárias, além de enfrentar o desemprego como jamais visto.

De um lado, a modernização de parte das empresas e a necessidade de qualidade e produtividade para manter-se competitivo no mundo globalizado impulsionaram maiores exigências de qualificação profissional. De outro, impulsionaram a destruição de postos de trabalho formais e novas formas de relação de trabalho, como, por exemplo, a terceirização e a contratação temporária, tornando crescente o desemprego e a dificuldade de se conseguir novas ocupações.

Na perspectiva de conter/amenizar o problema do desemprego, foram sendo criadas políticas de emprego e renda. Com ações voltadas ao mercado de trabalho, essas políticas surgem com maior ímpeto nos anos 90, sobretudo com a criação do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT)¹⁶.

Os programas de emprego e renda visam promover trabalho e renda para os grupos mais vulneráveis da população, entre os programas três se destacam: intermediação de mão-de-obra destinada a agenciar a relação entre empregador e empregado, micro-crédito, destinado a subsidiar pequenos negócios e qualificação profissional, cujo objetivo é preparar a força de trabalho para o mercado laboral.

¹⁶ Os recursos do FAT são provenientes da arrecadação do PIS/Pasep e geridos através de um Conselho deliberativo (CODEFAT) com composição tripartite e paritária, com três representantes dos trabalhadores, três do governo e três dos empresários.

As políticas do Estado, no que se referem à questão do emprego e renda se fundamentam em duas frentes: a primeira diz respeito à competência do Estado em executar políticas de fomento ao emprego e à educação, qualificação e requalificação profissional, bem como desenvolver programas de proteção ao trabalhador; a segunda se refere à necessidade de modernizar as instituições que regem as relações entre capital e trabalho no país. (Ministério do Trabalho e emprego, 1998).

Em sentido estrito, as políticas de emprego têm por objetivo específico uma ação direta sobre o mercado de trabalho, e podem ser classificadas, de acordo com Barbosa e Moretto (1998), em políticas passivas - quando visam reduzir a oferta de trabalho disponível no mercado por meio de medidas como o seguro desemprego; e políticas ativas, quando buscam tanto alterar o perfil da oferta de trabalho como ampliar o número de vagas oferecidas pelo setor público e privado, a exemplo da intermediação da mão-de-obra e a qualificação profissional.

Ainda para os autores, os impactos dessas políticas sobre o mercado de trabalho dependem de outros condicionantes, tais como:

1. Políticas macroeconômicas (taxas de juros, câmbio, medidas comerciais, políticas setoriais industriais e agrícolas) que condicionam os níveis de investimento e de crescimento da economia e que afetam o número e a qualidade dos postos de trabalho gerados;

2. Políticas estruturais (distribuição de carga tributária, distribuição de renda e as relações entre capital e trabalho) importantes para o nível de emprego, pois podem estimular o consumo e investimento;

3. Políticas de proteção social permitem assegurar a renda do trabalhador em condições específicas, como é o caso de acidentes de trabalho, doença/velhice, etc.

Nesse sentido, as políticas de emprego e renda se referem a níveis mais estruturais da economia e a níveis mais voltados para o mercado de trabalho. A articulação entre um e outro produzirá efeitos positivos no enfrentamento dos problemas do mercado de trabalho. Por outro lado, investir em um nível, em detrimento do outro, terá como consequência baixa efetividade, vez que são interligados.

Pochmann (1998. p.123) diz que

As políticas de emprego apresentam hoje uma profunda transformação nos seus objetivos e conteúdos. De políticas de emprego transformaram-se em políticas para o mercado de trabalho, com ações descentralizadas e recursos cada vez mais focalizados para as parcelas específicas da população desempregada ou pertencente ao chamado setor informal.

É justamente o que acontece com as políticas de emprego e renda brasileira. Seus objetivos visam atender os mais vulneráveis, econômica e socialmente, levando em conta situação de pobreza, baixa escolaridade, raça/cor, sexo, necessidades especiais e outros fatores de discriminação no mercado de trabalho, tornando-se políticas focalizadas, muito mais paliativas do que de enfrentamento dos problemas que visam responder.

Apesar de experiência recente, as políticas de emprego e renda já apresentam problemas, pois falta articulação entre os programas existentes, inviabilizando atingir os objetivos propostos. Os sistemas nacionais de emprego (SINE) ou agências do trabalho, executam os programas sem que haja articulação entre esses programas.

Por exemplo, os trabalhadores se cadastram para a intermediação de mão-de-obra, mas nem sempre são encaminhados para os cursos de qualificação, ou então fazem os cursos que estão disponíveis no momento independentemente de sua área de atuação profissional. As pessoas são encaminhadas para uma vaga de trabalho, todavia a agência nem sempre tem o retorno de sua aceitação no emprego.

No caso da qualificação profissional, as pessoas realizam os cursos, contudo, nem sempre estão cadastradas no programa de intermediação de mão-de-obra, ou em outros programas. Além disso, os objetivos do Plano de Qualificação Profissional não se limitam a qualificar, mas, também enfrentam questões como pobreza, desigualdades sociais, entre outras questões.

2.3.1. O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR)

Plano Federal ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego, iniciado em 1996, o PLANFOR tinha por objetivos, de acordo com a resolução 258/2000, oferecer gradativamente oferta de educação profissional permanente com vistas a contribuir para: reduzir o desemprego e o subemprego da PEA (Pessoas Economicamente Ativa com faixa etária acima de 16 anos), combater a pobreza e a desigualdade social, elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo. Sua meta geral era qualificar, a cada ano, pelo menos 20% da PEA, meta esta elevada, culminando numa maior preocupação quantitativa.

O público alvo do Plano compreendia pessoas economicamente ativas, urbanas e rurais, que estivessem desocupadas, ou em risco de desocupação, pessoas que buscavam o primeiro emprego, pequenos e micros produtores, principalmente beneficiários de créditos do FAT, pessoas autônomas, associadas, cooperadas ou autogeridas. *“A prioridade seria para os grupos vulneráveis - pessoas com dificuldade de acesso ao trabalho e a outras alternativas de qualificação, por razões de pobreza, baixa escolaridade e outros fatores de discriminação no mercado”.* (MTE, 2001, p.7)

A implementação era realizada através de dois mecanismos: PEQs - Planos Estaduais de Qualificação Profissional, sob responsabilidade das secretarias estaduais do trabalho e PARQs - Parcerias nacionais e regionais do Ministério do Trabalho e Emprego com organismos públicos e privados, e gerido de forma descentralizada, por meio de uma cadeia estratégica e operacional em três níveis: federal: CODEFAT - Conselho Deliberativo do FAT; MTE - Ministério do Trabalho e Emprego; SPPE - Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e DEQP - Departamento de Qualificação Profissional; estadual: Conselhos Estaduais de Trabalho e Secretarias do Trabalho ou equivalentes; municipal: Conselhos Municipais do Trabalho ou equivalentes.

O plano se propunha a responder diferentes demandas, tanto relacionadas a aspectos restritos do mercado, por exemplo, reciclar os trabalhadores, como contribuir para reduzir pobreza e desigualdade, aspecto este bem mais amplo e que depende de vários outros fatores para ser solucionado. Um curso de alguns dias, ou mesmo horas, dificilmente responderia tais questões.

A rede de Educação Profissional construída envolve universidades, sistema S, organizações não governamentais, outras instituições governamentais, escolas técnicas, entre outros, que não necessariamente possuíam experiência na área de educação profissional, o que comprometeu a qualidade dos cursos.

Em Pernambuco, o PLANFOR possuía sua expressão no Plano Estadual de Qualificação (PEQ), gerenciado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social (SEPLANDES), que, seguindo as diretrizes do Plano federal, tinha o objetivo de “contribuir para a inserção e manutenção do trabalhador no mercado de trabalho, bem como aumentar a qualidade dos produtos e serviços desenvolvidos em Pernambuco” (SEPLANDES/AGÊNCIA DO TRABALHO, 2002).

Para realizar os cursos, o PEQ contou com uma diversidade de instituições que ofereceram cursos de qualificação. Durante os anos de execução, o número de instituições cresceu consideravelmente, conforme demonstram dados do relatório de avaliação externa e dados do Ministério do Trabalho (dados de 2002).

No seu primeiro ano (1996), o PEQ/PE contou com 10 instituições, no ano seguinte 41, em 1998, 61, 1999 foi o ano com o maior número: 112 instituições receberam recursos por meio de licitação para oferecerem cursos. Em 2000, 79, 2001, 82, havendo uma redução em 2002 para 37 instituições, explicada pelo corte de recursos nesse ano. Em 2002, o PEQ ofereceu no Estado 143 tipos de cursos realizados por 37 instituições contratadas.

Conforme dados do anuário estatístico do Ministério do Trabalho, referido no relatório de avaliação externa 2002 (NEPPU/IPSA, 2002), as organizações não-governamentais e outras instituições de educação profissional são responsáveis por mais da metade da qualificação dos treinandos. Em 2000 foram 63,4% dos treinandos e em 2001 54,4%, retendo um pouco mais da metade dos recursos destinados à qualificação em 2000, 59,6% e em 2001 54,3%.

O sistema S treinou 7%, nos referidos anos, recebendo recursos de 20,8% em 2000 e 17,9% em 2001. Já as Universidades treinaram entre 2% e 3% das escolas e centrais sindicais que, somadas às escolas técnicas, foram responsáveis por 14,8% em 2000 e 8,5% em 2001, e as fundações por 12,2% em 2000 e 3,5% em 2001.

Quadro 1 PEQ 2000-2001: distribuição relativa de treinandos e recursos por tipo institucional

Tipo Institucional	Treinandos (%)		Recursos (%)	
	2000	2001	2000	2001
ONGs e Outras Instituições de EP	63,4	54,4	59,6	54,3
Sistema S	7,5	20,8	7,1	17,9
Universidades	2,1	12,8	3,0	14,0
Escolas e Centrais Sindicais	11,7	4,7	13,3	5,4
Escolas Técnicas	3,1	3,8	2,2	4,4
Fundações	12,2	3,5	14,8	4,0
Total	100	100	100	100

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego: Anuário Estatístico – Pernambuco in relatório de avaliação externa NEPPU/IPSA 2002

Esses dados mostram que o volume de ONG's realizando cursos de qualificação cresceu consideravelmente. As instituições de educação profissional, como escolas, universidades e sistema S, que deveriam ser responsáveis pela formação da força de trabalho (por serem centros de formação), tiveram menor participação. Fato preocupante, pois, entre as ONG's, algumas não têm objetivos de educação profissional: encaminharam os projetos, venceram a licitação e realizaram os cursos, fazendo da qualificação profissional um meio de captar recursos.

Para atingir os objetivos do PEQ o Governo de Pernambuco seguia três procedimentos: 1. Bases para a formação profissional definida pelo Conselho Deliberativo do FAT; 2. Processo para habilitação das entidades executoras do PEQ; 3. Avaliação dos cursos.

O processo avaliativo se tornou, nos últimos anos, de fundamental importância para o acompanhamento e controle social das políticas públicas, tornando possível detectar os possíveis entraves que impedem o andamento das ações, possibilitando aperfeiçoá-los, verificar a eficiência (relação custo-resultado), eficácia (alcance dos objetivos e metas propostas) e efetividade (impactos sobre o público alvo e a comunidade).

Com relação à avaliação do PEQ, percebeu-se uma ênfase nos processos quantitativos - abrangência do atendimento, número de cursos realizados, custos, etc. Os principais problemas não foram ressaltados pelas avaliações, e se o foram não houve reformulações.

Problemas como carga horária dos cursos insuficientes, metas de abrangência alta comprometendo a qualidade dos cursos, pessoas realizando cursos sem interesse específico ou fora da área de interesse (realizava o curso porque era o disponível), mau gerenciamento dos recursos pelas entidades executoras e denúncias sobre esse mau uso, estiveram presentes em todos os anos de execução do PLANFOR, demonstrando que o processo avaliativo deixou a desejar, pouco ou nada contribuindo para o progresso dos programas.

Avanços e entraves fizeram parte da construção da política pública de qualificação profissional no país. Avanços, por se construir oportunidades de educação profissional para trabalhadores que não tinham acesso. Entraves, por se constituir em uma política com metas e propostas de abrangência elevada, visando responder ao problema do desemprego, que para ser resolvido ou amenizado, precisa de outras ações.

Críticas e problemas envolveram o PLANFOR durante os anos de sua execução, sobretudo problemas na prestação de contas de algumas instituições que executaram cursos. Com isso, o Plano foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação PNQ¹⁷.

O discurso do novo plano traz a qualificação como construção social e sugere a integração entre as políticas de emprego e renda como: intermediação de mão-de-obra, microcrédito, economia solidária e seguro desemprego. Sugere, ainda, o aumento da carga horária dos cursos e uma articulação com educação básica.

No PNQ, qualificação como construção social é entendida como

Educação integral, formas solidárias de participação social e gestão pública; empoderamento dos atores sociais; qualificação social e profissional; território (como base de articulação do desenvolvimento local); efetividade social; qualidade pedagógica; reconhecimento dos saberes socialmente produzidos pelos trabalhadores (...) Qualificação social e profissional é entendida como processo educativo que permite a inserção e atuação no mundo do trabalho com cidadania (MTE, 2003, p. 6)

Ao aprofundar a análise do discurso oficial, percebe-se que o PNQ traz em seu contexto, assim como no plano anterior, a proposta de contribuir para a inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da

¹⁷ Maiores detalhes sobre o PNQ no site do Ministério do Trabalho www.mte.gov.br

vulnerabilidade das populações, questões essas que para serem resolvidas e/ou amenizadas, dependem de uma rede de ações.

A qualificação contribuiria para reduzir pobreza, vulnerabilidade e promover a inclusão social, caso existissem postos de trabalho de qualidade que garantissem os direitos dos trabalhadores e salários dignos. Para isso, deveria existir uma política de crescimento econômico capaz de gerar postos de trabalho de qualidade. Não é o caso do mercado de trabalho, onde os postos tendem a precarização e/ou a informalidade.

O que temos visto como resultados da realização dos cursos é o crescimento de pessoas com vários cursos, mas desempregadas ou em trabalho precário, sem perspectiva de conseguir inserção ou reinserção formal no mercado de trabalho, como é o caso dos treinandos que realizaram os cursos de eletricista e recepcionista em geral, escolhidos para ilustrar a problemática deste estudo.

CAPÍTULO 3

QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO DOS TREINANDOS DO PEQ/2002

Este capítulo é composto pelos procedimentos metodológicos da pesquisa realizada, pela apresentação de informações e dados sobre o mercado de trabalho da Região Metropolitana do Recife e pelos resultados da pesquisa de campo realizada junto aos 128 treinandos do PEQ/PE dos cursos de eletricitas e recepcionistas em geral.

3.1. Procedimentos Metodológicos.

Para analisar a interseção entre qualificação e inserção no mercado de trabalho dos egressos do PEQ/2002, procedemos ao levantamento de dados sobre o mercado de trabalho da RMR e à entrevista junto aos treinandos, visando conhecer ambos os lados e, assim, efetuarmos o cruzamento das informações.

Os dados referentes ao mercado de trabalho foram levantados junto a estudos e pesquisas em sites que abordam a temática: DIEESE, IBGE, MTE, IPEA, CONDEPE, além de informações, obtidas junto à Agência do Trabalho, localizada no bairro da Boa vista, sobre as áreas dos cursos selecionados para a pesquisa.

Os dados primários foram obtidos através de entrevistas com os treinandos de dois cursos realizados em Recife - o de eletricista e o de recepcionista. Tais cursos foram selecionados através da delimitação do universo da pesquisa.

Para delimitar o universo, estabelecemos uma relação entre os tipos de cursos oferecidos no Recife pelo PEQ em 2002 e as 20 ocupações que mais contrataram em 2002 de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Desse levantamento, apenas quatro ocupações possuíam relação com os cursos oferecidos pelo PEQ: auxiliar de cozinha, encanador em geral, recepcionista em geral e eletricista em geral. Constituindo-se então como universo de nossa pesquisa de campo.

A escolha do curso de eletricista e recepcionista ocorreu para evitar um viés de gênero, pois, no curso de eletricista e encanador, a maioria dos treinandos era do sexo masculino e, no de auxiliar de cozinha e recepcionista, a maioria era do sexo feminino. A escolha de apenas um dos grupos colocaria a pesquisa numa análise restrita a um gênero: o grupo masculino ou o grupo feminino.

Os dois cursos selecionados totalizaram 216 treinandos, sendo 125 do curso de eletricista e 91 do curso de recepcionista. Listamos os 216 e procedemos à retirada de uma amostra aleatória, simples, de 135 treinandos a serem entrevistados - de acordo com a tabela de Marlow (1998) - com uma margem de erro de 5%. Dos treinandos selecionados, 75 eram do curso de eletricista e 60 do curso de recepcionista.

O curso de eletricista em geral foi executado pelo Serviço Nacional da Indústria (SENAI) nos bairros de Mangueira e Beberibe. O curso foi realizado entre os meses de novembro e dezembro de 2002, durante 12 dias, e somou uma carga horária de 40hs.

O curso de Recepcionista em geral foi realizado pelo Centro de Qualificação para a Cidadania (CQC) ligado à Confederação Geral Trabalhadores – CGT - nos bairros da Boa Vista e Beberibe, no mês de novembro de 2002, com uma duração de 18 dias e uma carga horária de 54hs.

Para obter os endereços dos treinandos, foram realizados contatos com a Agência do Trabalho (no bairro da Boa Vista), que forneceu os endereços do curso de eletricista, com o SENAI que complementou o restante dos endereços que desconhecíamos; e ainda com os responsáveis pela execução do curso de recepcionista, que disponibilizaram a ficha de inscrição dos treinandos.

No caso do curso de eletricista, as informações foram retiradas do sistema de bancos de dados informatizado, ocorrendo algumas perdas da amostra devido a endereços incompletos, sobretudo a falta do número da residência. Alguns desses endereços incompletos foram recuperados por telefone ou pela tentativa de encontrar a casa mesmo sem a posse do número. Do Total de 17 endereços incompletos, 10 foram recuperados e 7 foram perdidos. Já sobre os treinandos do curso de Recepcionista, os endereços constavam na ficha de inscrição à qual

tivemos acesso, havendo apenas 01 endereço incompleto, posteriormente substituído.

O número de perdas no curso de eletricista foi de 23: 7 endereços incompletos, 8 não residiam mais no local, 3 endereços não localizados, 2 treinandos recusaram-se a responder o questionário e 3 estavam viajando. Procedeu-se, então, à substituição dessas perdas, onde 16 foram efetivamente substituídos e 7 que não se pode substituir, pois existiam: 3 endereços incompletos, 2 mudaram-se e 2 recusaram-se a responder, totalizando assim 68 entrevistas realizadas no curso de eletricista.

No curso de recepcionista a perda da amostra foi bem menor. Apenas 4, já que 2 não mais residiam no local, 1 endereço estava incompleto e 1 recusou-se a responder, sendo todos esses substituídos, totalizando 60 entrevistas realizadas.

A pesquisa de campo junto aos 128 treinandos foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2003, nos municípios de Recife, Olinda, Jaboatão, Paulista e Abreu e Lima (Veja distribuição na tabela 2).

Tabela 1 Municípios de residência dos entrevistados

Municípios de residência por curso			
CIDADE	CURSO		TOTAL
	Eletricista	Recepcionista	
Recife	42	46	88
Olinda	8	14	22
Jaboatão	12	0	12
Paulista	4	0	4
Abreu e Lima	2	0	2
Total	68	60	128

Fonte: Pesquisa de campo Nov./Dez. 2003

Para atingir os objetivos da pesquisa, foi necessário conhecer os treinandos: perfil, qualificação profissional, situação ocupacional, bem como as relações de trabalho que vivenciam após a realização do curso. Tais informações foram obtidas através da construção de um questionário com perguntas abertas e fechadas, relacionadas a essas questões, e, posteriormente, aplicadas junto aos treinandos.

O questionário foi organizado em 4 tópicos: o primeiro sobre o perfil do treinando, buscando identificar a idade, escolaridade, estado civil, cursos realizados e experiência profissional; o segundo sobre o mercado de trabalho e qualificação,

que tinha o propósito de apreender a percepção dos entrevistados sobre o mercado de trabalho (qualificação, desemprego e as exigências do mercado), visava, também, responder à seguinte questão: os treinandos conhecem o mercado de trabalho no qual querem ingressar?

O terceiro tópico, denominado vida profissional, consistia em obter informações sobre a situação ocupacional dos entrevistados. Foram estabelecidos 2 sub-tópicos: um para os treinandos que desempenhavam alguma atividade remunerada e outro para os que não desempenham atividades.

O quarto e último tópico - composição familiar - consistia em levantar informações dos familiares do entrevistado no que se refere à situação ocupacional (desempregados, empregados), participação na renda, renda familiar e número de pessoas na casa. Tais dados foram coletados visando complementar o perfil do entrevistado.

Levantados os dados sobre o mercado de trabalho e sobre os treinandos do PEQ, procedeu-se com a tabulação e análise dos mesmos. Distribuiu-se a análise em três blocos: 1) Qualificação dos treinandos; 2) Inserção dos treinandos no mercado de trabalho; 3) Qualificação versus inserção no mercado de trabalho.

A pesquisa de campo realizada contemplou cursos de dois setores de atividades diferentes, um da construção civil (o curso de eletricista) e outro do setor de serviços (repcionista), além de apresentar dois grupos de trabalhadores, os que desempenhavam alguma atividade remunerada e os que não desempenham.

A princípio pensou-se numa análise comparativa desses grupos, já que estavam relacionados a setores e situações diferentes, mas, ao analisar os dados comparando as informações, percebeu-se que as respostas dos grupos eram semelhantes (exceto nos aspectos da ocupação atual), não trazendo riquezas de informações analisá-las separadamente. Sendo assim, tornou-se interessante analisar os dados no geral, ressaltando quando necessário os aspectos dessemelhantes de cada grupo.

Além da pesquisa de campo com treinandos, levantaram-se informações sobre as exigências do mercado para as ocupações de recepcionistas e eletricistas, junto ao setor de captação de vagas na Agência do Trabalho (Boa Vista), visando

identificar o perfil de trabalhador requerido pelas empresas para a ocupação do posto.

Segundo informou o setor, para o curso de eletricista, os requerimentos dependem do perfil de cada empresa e da complexidade da atividade a ser desenvolvida. Para ocupar um posto de eletricista predial, por exemplo, as exigências são mínimas: é necessário ter ensino fundamental completo e experiência mínima de um ano. Mas, caso a ocupação seja para executar atividades de alta e baixa tensão, é exigido curso técnico e experiência profissional de 2 ou mais anos. A idade máxima exigida para a ocupação é de até 50 anos.

Para o curso de recepcionista é exigido ensino médio completo, curso de informática, principalmente domínio em Internet, experiência mínima de 1 ano em atendimento ao público, boa apresentação pessoal e idade de 18 e 35 anos, mas, preferencialmente, entre 18 e 24 anos.

Levantadas todas as informações e analisados os dados, procedeu-se com a construção do trabalho, na perspectiva da análise da interseção entre qualificação x inserção no mercado de trabalho.

3.2. Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Recife.

Assim como em termos nacionais, o mercado de trabalho de Pernambuco, em particular a Região Metropolitana do Recife (RMR), passou pelo período de reestruturação e também enfrentou e enfrenta as consequências das mudanças que ocorreram no processo de produção e nas relações laborais.

De acordo com o relatório de avaliação externa do Plano Estadual de Qualificação - PEQ/2001- (NEPPU/IPSA, 2001), o mercado de trabalho organizado em Pernambuco apresenta as seguintes características:

- 1) o setor industrial foi o mais atingido pelos impactos negativos sobre o emprego, comparativamente às atividades comerciais e aos serviços;
- 2) o comércio registrou crescimento no período examinado. O varejista foi o responsável pela geração de empregos formais, contrastando com a estagnação, em termos de absorção da força de trabalho, do comércio atacadista;

- 3) o setor de serviços apresentou uma estagnação ou mesmo um pequeno declínio de sua capacidade de absorção de mão-de-obra, alguns segmentos no seu interior registraram perdas significativas no nível de emprego e outros mostraram um dinamismo muito grande;
- 4) o conjunto das instituições financeiras (de crédito, seguro e capitalização), os chamados serviços de alojamento, alimentação e reparos, além do segmento da administração pública direta ou autárquica reduziram seu nível de emprego ou permaneceram no mesmo patamar quando se consideram os anos extremos da série analisada;
- 5) em sentido contrário, as atividades de ensino, bem como aquelas vinculadas aos serviços médicos, odontológicos e veterinários - que se traduzem, em parte, pelo crescimento do pólo médico no Estado - revelam um aumento significativo; dinamismo similar mostrou-se, também, no que se refere à geração de empregos formais, o segmento voltado ao comércio e administração de imóveis e os chamados serviços técnicos e profissionais.
- 6) dificuldades em gerar empregos formais, devido ao reduzido crescimento da economia, à abertura econômica que decorreu de uma intensa competição para a qual não estavam preparadas as empresas locais; processos de enxugamento, em respostas ao aumento da competitividade e das mudanças no processo produtivo, tecnológico e organizacional ocorridas na economia brasileira e estadual;

A Participação de Pernambuco no PIB brasileiro é de 2,71% e seus principais produtos são: *agrícola* - mandioca, feijão, cana-de-açúcar e milho; *maiores rebanhos*: bovinos (1.348.969) e caprinos (1.165.629); *produtos minerais*: calcário e gipsita; *maiores indústrias*: transformação de minerais não metálicos, confecções, mobiliário e curtume. Os setores de ponta do Estado são: pólo médico, pólo gesso, pólo de informática e pólo turístico (Governo de Pernambuco, 2000)

Existem em Pernambuco, de acordo com o Censo 2000, 7.918.344 habitantes. Destes, 6.058.249 urbanos e 1.860.095 rurais. As cidades mais populosas são: Recife (1.421.993), Jaboatão dos Guararapes (580.795), Olinda (368.666), Paulista (262.072), Caruaru (253.312), Petrolina (218.336).

A População Economicamente Ativa - PEA¹⁸ da RMR (em dezembro/03) foi estimada, segundo Pesquisa DIEESE (2003), em 1.522.000 pessoas, destas, 1.175.000 estavam ocupadas, distribuídas, segundo setores de atividades, em: indústria:106 mil; comércio: 239 mil; serviços: 629 mil; construção civil: 53 mil; e outras atividades (serviços domésticos e outras atividades não definidas): 148 mil. O setor de serviços emprega 53,5% das pessoas ocupadas, seguida do comércio, com 20,3%, e outros serviços, com 12,6%. A indústria segue em quarto lugar, com 9,1%, e por fim, a construção civil, com 4,5%. Com isso, 347.000 pessoas estavam desempregadas (o que representa 22,8% da PEA), dessas, 202.000 em desemprego aberto¹⁹ e 145.000 em desemprego oculto pelo trabalho precário.²⁰

Relacionando os dados de 2003 e 2002 percebe-se um aumento do desemprego na RMR, pois, de acordo com os dados do DIEESE (2002), o número de desempregados em 2002 foi de 307.000, o que significa um aumento de 40.000 pessoas desempregadas.

A PEA, por sua vez, foi estimada em 1.511.000, significando que houve um acréscimo de 11.000 ou mais, se considerarmos que, do contingente de 2002, algumas pessoas devem ter saído da PEA (por aposentadoria, morte, doença, etc.).

Quadro 2 PEA 2002/2003/ desemprego total

	2002	2003	Acréscimo
PEA	1.511.000	1.522.000	11.000
Desempregados	307.000	347.000	40.000

Dados DIEESE 2002/2003

Quanto ao tipo de desemprego, os dados (DIEESE/2002) apontam que, em 2002, 169.000 era o número do desemprego aberto e 138.000 o de desemprego oculto pelo trabalho precário, o que significa um considerável aumento de desemprego aberto no ano de 2003, ou seja, muitos trabalhadores não conseguiram sequer exercer alguma atividade, ainda que precariamente.

¹⁸ População em Idade Ativa (PIA) que está ocupada ou desempregada. (DIEESE - principais conceitos da pesquisa de emprego e desemprego)

¹⁹ Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou não e exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias. (DIEESE - principais conceitos da pesquisa de emprego e desemprego)

²⁰ Pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de

Quadro 3 Nº de Pessoas desocupadas por tipo de desemprego

PEA	2002	2003	Acréscimo
Desemprego Aberto	169.000	202.000	33.000
Desemprego Oculto	138.000	145.000	7.000

Dados DIEESE 2002/2003

Informa, ainda, a pesquisa do DIEESE/2003 que, nos últimos doze meses, o nível de ocupação apresentou uma redução de 6,0%, eliminando 75.000 postos de trabalho. Esse desempenho foi explicado pelas retrações verificadas em todos os setores de atividade, ocorrendo destruição de postos de trabalho: na indústria de transformação (-4.000); comércio (-11.000); serviços (-51.000); construção civil (-8.000); outros setores (-1.000).

O ano de 2003 foi um ano difícil no que se refere à geração de postos de trabalho. Já 2002 teve um melhor desempenho, se comparado com os anos anteriores, mas tal desempenho é pequeno em relação à situação de desemprego existente na RMR.

Percebe-se, uma oscilação no comportamento do mercado de trabalho: a taxa de desemprego em alguns meses diminui, mas de forma tímida, não oferecendo um resultado expressivo no enfrentamento do desemprego.

Os dados apontam para um mercado de trabalho com limitadas oportunidades de inserção. Ora os trabalhadores são admitidos, ora demitidos, e o quantitativo de postos gerados não consegue cobrir o número de postos destruídos. Com isso, a competição entre os trabalhadores que buscam inserção no mercado de trabalho torna-se cada vez mais acirrada.

A situação de admissão e demissão em curto período de tempo é confirmada quando se analisa o fluxo de emprego nas ocupações de eletricitista e recepcionista nas cidades contempladas na pesquisa. Reuniram-se informações sobre admissão e demissão de eletricitistas e recepcionistas nas cidades de Recife, Olinda, Jaboatão, Paulista e Abreu e Lima nos anos de 2003 e de janeiro a Abril de 2004, conforme quadro abaixo.

trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás (Ibid.)

Quadro 4 fluxo de empregos de Eletricistas e Recepcionistas referentes aos municípios de: Abreu e Lima, Jaboatão, Olinda, Paulista e Recife.
Período: Ano de 2003

	Admissões	Demissões	Saldo
Eletricista	338	299	39
Recepcionista	2.027	1.792	235

Fonte: Cadastro de Emprego e Desemprego – CAGED/MTE

Quadro 5 fluxo de empregos de Eletricistas e Recepcionistas referentes aos municípios de: Abreu e Lima, Jaboatão, Olinda, Paulista e Recife.
Período: Jan/Abril 2004

	Admissões	Demissões	Saldo
Eletricista	113	92	21
Recepcionista	698	705	-7

Fonte: Cadastro de Emprego e Desemprego – CAGED/MTE

Observando as tabelas sobre o fluxo de empregos, percebe-se a instabilidade das ocupações no mercado de trabalho. As características apontam que as admissões têm sido em caráter temporário, pois o fluxo entre admissões e demissões tem apresentado quase o mesmo número, deixando um saldo de emprego baixo, ou até mesmo negativo, em relação ao número de admissões.

3.3. Qualificação versus inserção no mercado de trabalho dos treinandos dos cursos de eletricista e recepcionista em geral.

A pesquisa de campo realizada junto aos 128 treinandos dos cursos de eletricista e recepcionista em geral trouxe, como resultados, aspectos que contribuem para analisar a interseção entre a qualificação e inserção no mercado de trabalho.

Estabelecer uma relação entre qualificação e inserção exige conhecer aspectos referentes à qualificação dos treinandos - como veremos a seguir - e a situação do mercado de trabalho, aspecto esse contemplado no primeiro capítulo e no item sobre o mercado de trabalho na RMR.

3.3.1. Qualificação dos Treinandos.

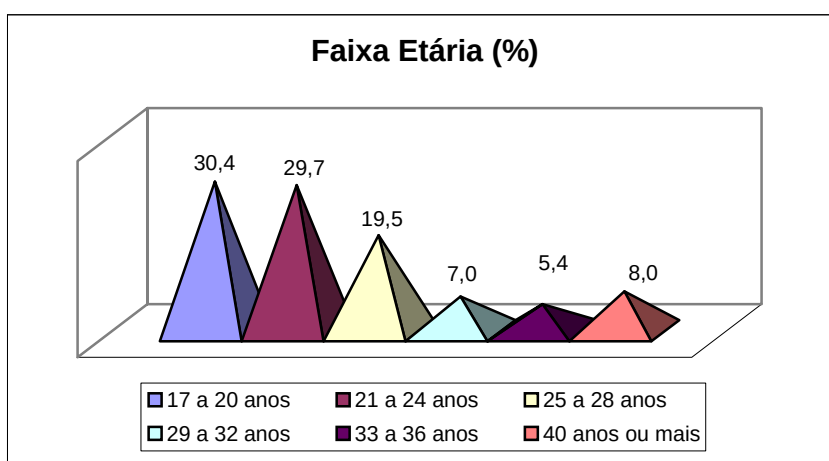
Visando identificar a qualificação dos treinandos, elaborou-se um conjunto de perguntas sobre o perfil do entrevistado, entre outras: sexo, estado civil, idade e escolaridade. As entrevistas foram realizadas junto a 68 treinandos do curso de eletricista e 60 treinandos do curso de recepcionista. 42,2% (54 entrevistados) eram do sexo feminino, e 57,8% (74) do sexo masculino. Todos os entrevistados do curso de eletricista pertenciam ao sexo masculino. O estado civil de 77,3% era solteiro, 21,1% casado/vive junto e 1,6% separado/divorciado.

As exigências para as ocupações de eletricista e recepcionista em geral, como apontado na metodologia, privilegiam a idade, escolaridade e experiência profissional dos trabalhadores que buscam uma vaga no mercado de trabalho.

Com relação à idade, observando-se o gráfico 1, percebe-se que, somando as duas primeiras faixas de idade, teremos 60,1% dos entrevistados numa idade entre 17 a 24 anos e, somando a terceira e quarta faixa, 26,5% entre 25 e 32 anos.

Tais dados apontam que os treinandos dos cursos em questão são, em sua maioria, jovens, ou seja, 86,6% dos treinandos estão na faixa etária entre 17 e 32 anos, atendendo, portanto, às exigências do mercado no que se refere à idade.

Gráfico 1 Faixa Etária dos entrevistados



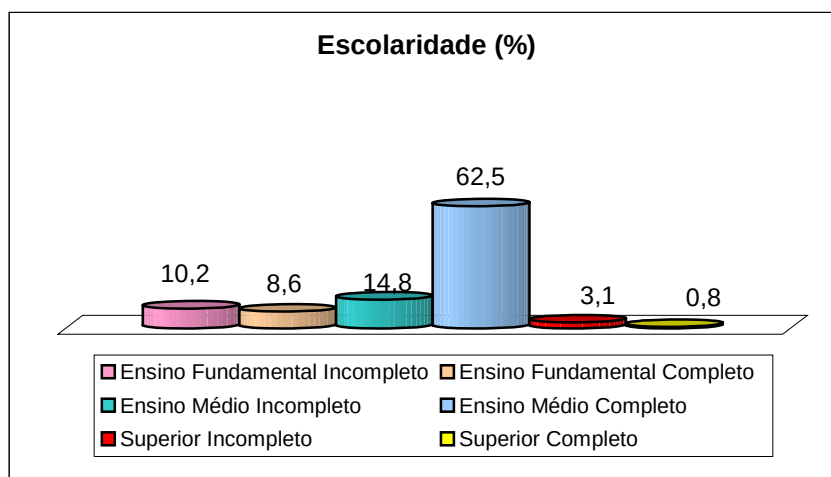
Fonte: Pesquisa de campo Nov./Dez 2003

Sobre a escolaridade, há 62,5% dos entrevistados com ensino médio completo, destes, 34,4% do curso de recepcionista e 28,1% de eletricista. 14,8% dos treinandos têm ensino médio incompleto. Somando o percentual das pessoas com

ensino médio completo e incompleto, obtemos que 77,3% dos treinandos conseguiram chegar ao segundo grau e 3,9% chegaram ao superior.

Com isso, apenas 18,8% dos entrevistados possuem o ensino fundamental, sendo, 10,2% o ensino fundamental incompleto e 8,6% o fundamental completo.

Gráfico 2 Escolaridade de Entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo Nov./Dez 2003

Relacionando os dados obtidos na pesquisa realizada junto aos treinandos com dados educacionais de Pernambuco, percebe-se que o grau de instrução dos treinandos entrevistados está acima da média geral do Estado.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IPEA/PNUD, 2003) aponta que, em 2000, Pernambuco possuía 58,4% das pessoas entre 18 e 24 anos com menos de 8 anos de estudo, ou seja, com ensino fundamental incompleto, e 24,2% com menos de 4 anos. E, das pessoas com 25 anos ou mais, 69,6% também possuía menos de 8 anos de estudo e 43,7% menos de 4 anos. A média de anos de estudos das pessoas de 25 anos ou mais era de 5,1 anos.

Em Recife, essas informações representavam: 40,1% das pessoas com 18 a 24 anos têm menos de 8 anos de estudo e 10,4% menos de 4 anos. Na faixa etária de 25 anos ou mais, 48,4% têm menos de 8 anos e 21,8% com menos de 4 anos. A média de anos de estudos para pessoas com 25 anos ou mais é de 7,6 anos.

Na média geral boa parte da população pernambucana situa-se no nível fundamental, enquanto os treinandos entrevistados estão no nível médio, apontando

que as pessoas mais instruídas têm participado dos cursos, enquanto os trabalhadores com menos anos de estudos não estão realizando cursos.

Isso pode ocorrer por diferentes motivos, entre eles: as pessoas com menos anos de estudo podem ter uma situação financeira mais frágil, o que os obriga a procurar estratégias de sobrevivência, se inserindo precariamente no mercado de trabalho em busca de subsistência, não existindo tempo ou condições financeiras para investirem em qualificação; por ter menos anos de estudo as pessoas podem considerar que não têm chances de acesso ao mercado, desistindo, assim, de realizar cursos; as pessoas com menos anos de estudo não chegam às agências de emprego/trabalho e nem têm conhecimento de cursos.

Apesar de boa parte das pessoas ainda situarem-se no ensino fundamental, nos últimos anos houve uma melhora no grau de instrução da população. A Pesquisa Nacional por Domicílio - síntese dos indicadores 2002 (IBGE, 2003) aponta que, em 1992, as pessoas com 10 anos ou mais de idade, com 11 anos de estudos representavam um percentual de 14,1%. Em 2002, o percentual foi de 23,4%.

Os dados apontam para um período de transição na escolaridade dos brasileiros. Muitos possuem apenas o ensino fundamental, mas o percentual de pessoas que chegam e concluem o ensino médio tem aumentado a cada ano.

Boa parte dos treinandos entrevistados representa o grupo de pessoas que conseguiram chegar aos 11 anos de estudo, atendendo, no requisito escolaridade, às exigências mínimas do mercado de trabalho.

A escolaridade dos treinandos entrevistados demonstra que o público alvo a qual se destinava o PEQ - pessoas com pouca escolarização - não foi contemplado.

No aspecto escolaridade, as ações governamentais são controversas, pois, ao mesmo tempo em que articula falta de qualificação com pouco grau de instrução da força de trabalho e discursa que é preciso que o trabalhador tenha empregabilidade, sendo necessário, para isso, elevar a escolaridade, cria ações de qualificação desarticulada com a escolarização dos trabalhadores.

Como visto no capítulo 2, o decreto 2.208/97 que regulamentou a educação profissional contida na LDB/96 criou três níveis para a educação profissional, entre eles o destinado à qualificação e requalificação independente de escolarização.

A criação desse nível de educação profissional reafirma a segmentação da educação do país. De um lado estão as pessoas que são “capacitadas”, “treinadas”, para exercer alguma atividade. Do outro, os níveis técnico e tecnológico que tenta articular a educação formal e a profissional.

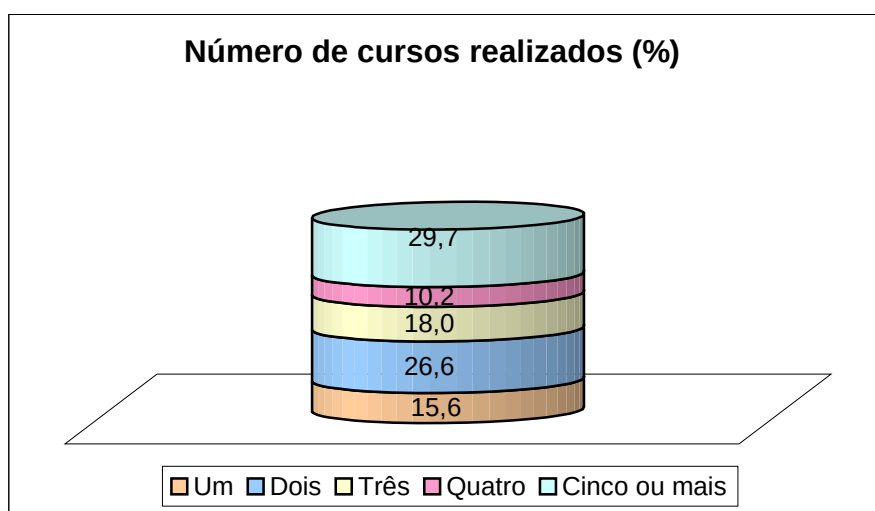
No nível do discurso oficial, a elevação da escolaridade é ressaltada para aumentar a empregabilidade. Mas as ações que visam atender os trabalhadores mais vulneráveis não têm se incluído nessa discussão, uma vez que a qualificação tem sido considerada independente da escolarização.

A empregabilidade envolve vários aspectos, entre eles: escolaridade, competência, trabalhar em grupo, autocontrole, dinamismo, experiência profissional em várias atividades, conhecimento em línguas e atualização profissional.

Mesmo que o trabalhador possua todas essas qualificações, não está garantida sua inserção no mercado de trabalho, pois, para isso, são necessários outros condicionantes, como por exemplo, a existência de postos de trabalho. Sem a existência de postos, os trabalhadores tendem a investirem em qualificação, participam de vários cursos, mas continuam desempregados.

É o que acontece com os treinandos entrevistados. Perguntados sobre quantos cursos já haviam realizado e quais os três mais recentes, observou-se que os entrevistados têm investido em qualificação. Somando os percentuais de quem fez três ou mais cursos no gráfico 3, obteremos 57,9% treinandos nessa condição e 26,6% com pelo menos dois cursos realizados.

Gráfico 3 Número de cursos realizados



Fonte: Pesquisa de campo Nov./Dez 2003

Dos cursos recentemente realizados o de informática foi o mais citado pelos entrevistados, 31 do curso de eletricista e 38 do curso de recepcionista afirmaram ter realizado esse curso. Outros cursos mais citados foram: eletricista - pneumática (8), metrologia (5), bombeiro hidráulico (5) e línguas (5); no de recepcionista - telemarketing (4) línguas (3) e cabeleireiro (3). Atualmente, apenas 20,3% realiza cursos.

Quando perguntados sobre o conhecimento em informática, a resposta foi equilibrada. 42,2% (54 entrevistados) afirmaram conhecer e dominar o uso do computador, 41,4% (53) afirmaram conhecer, mas não dominam, enquanto 16,4% (21) não conhece informática. Já o conhecimento em línguas é bem menor 21,9% dos entrevistados afirmaram conhecer o básico, principalmente, inglês e espanhol.

Outro item que procuramos explorar na pesquisa foi a relação entre cursos realizados e experiência profissional. Sobre essa relação, 42,2% dos entrevistados afirmaram que pelo menos um dos cursos estava relacionado com sua experiência profissional, enquanto 43% afirmaram que não existia relação e 14,8% (19) não tinha experiência profissional anterior. Desses, um está no seu primeiro emprego.

Gráfico 4 Cursos realizados tem relação com experiência profissional



Fonte: Pesquisa de campo Nov./Dez 2003

Quando indagados sobre o motivo para realização de cursos fora da área de experiência profissional, alguns entrevistados afirmaram que aceitaram realizar o curso porque era o que estava disponível no momento em que procurou, outros por sua vez, apontaram que tinham o sonho ou a perspectiva de conseguir inserção na

área do curso realizado, pois não estavam satisfeitos na área de trabalho na qual possuíam experiência.

Em suma, o perfil dos entrevistados aponta para 2 grupos: o primeiro, que agrupa a maioria dos entrevistados, é caracterizado por pessoas de 17 a 32 anos (86,6%); que chegou ao ensino médio (81,2%); que realizou dois ou mais cursos (84,5%); conhece e domina informática (42,2%); e realizou cursos na área de sua experiência profissional (42,2%).

O segundo grupo é constituído por pessoas com 33 anos ou mais (13,4%); com ensino fundamental (18,8%); que realizaram apenas um curso (15,6%); que conhecem, mas não dominam informática (41,4%); ou não conhecem (16,4%); e realizaram cursos sem relação com sua experiência profissional (43%).

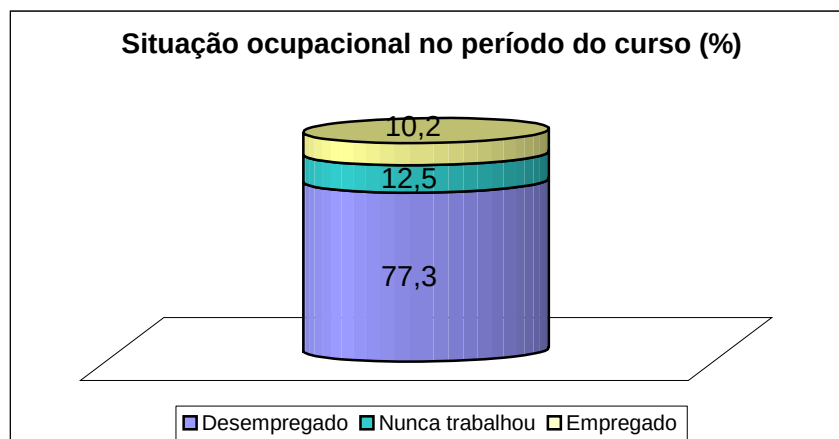
Levantadas as informações sobre a qualificação dos entrevistados, prosseguimos com informações referentes à inserção deles no mercado de trabalho, visando cruzar as informações entre qualificação e inserção no mercado.

3.3.2. Inserção dos treinandos no mercado de trabalho.

No objetivo de caracterizar a situação dos entrevistados antes e depois do curso realizado através do PEQ, elaborou-se uma série de questões gerais e específicas para o grupo de trabalhadores que desempenhavam atividades remuneradas e para o grupo que não as realizavam.

A situação ocupacional dos treinandos no período de realização do curso (final do ano de 2002) mostrou que 77,3% dos entrevistados estavam desempregados e 12,5% nunca havia trabalhado. Apenas 10,2% estavam empregados e realizaram o curso para se atualizar ou adquirir novas habilidades.

Gráfico 5 Situação ocupacional dos entrevistados no período do curso



Fonte: Pesquisa de campo Nov./Dez 2003

Relacionando a situação ocupacional no período do curso com o público alvo a que se destina o PEQ, verificamos que o público desocupado e em busca do primeiro emprego tem sido contemplado no Programa, mas a prioridade, que são as pessoas mais vulneráveis, com baixa escolaridade e com maiores dificuldades de conseguir qualificação, não têm sido contempladas, visto que boa parte dos entrevistados possuía nível médio.

A divulgação dos cursos do PEQ tem sido, sobretudo, entre pessoas. 53,9% dos entrevistados afirmaram ficar sabendo do curso por amigos ou familiares, 33,6% na própria agência do trabalho e 12,5% pela instituição que fez o curso. Em vários casos os treinandos não eram inscritos na agência do trabalho, mas souberam por amigos no próprio bairro.

Isso aponta para algumas situações que podem estar articuladas, entre outras: pessoas que se cadastraram na Agência do Trabalho, mas recusam participar dos cursos: por não ter condições financeiras para se deslocar diariamente para o curso; não têm interesse pelo curso disponível; precisam realizar biscoites para sobreviver, não existindo oportunidades para investir em qualificação; não consideram importante fazer cursos, entre outros motivos; outra situação seria a desarticulação dos programas: as pessoas se inscrevem, mas não ficam sabendo que poderiam fazer cursos, ou os inscritos não têm sido prioridade nos cursos, sendo de responsabilidade das executoras conseguir seus alunos.

A desarticulação dos programas tem impossibilitado as pessoas que realizam cursos a serem encaminhadas ou terem acesso aos postos de trabalho. Como

mostrado no quadro sobre o fluxo de emprego em 2003, foram admitidos 338 eletricitas e 2.027 recepcionistas e, em 2004, até abril, foram 113 admissões de eletricitas e 698 recepcionistas, mas a maioria dos treinandos entrevistados não participou de seleções para essas áreas, ou sequer foram encaminhados. Não há, em nosso levantamento, o número de vagas ofertadas pela Agência do Trabalho para essas duas ocupações, mas o acompanhamento de leitura de jornais que anunciam as vagas de emprego, geralmente, trazem como oferta essas ocupações.

Existe também uma desorganização ou falta de comunicação no momento da formação das turmas. No curso de eletricista, por exemplo, encontramos treinandos que residiam no bairro de Beberibe (localidade próxima do curso em Beberibe) que realizaram ou curso no bairro da Mangueira (localidade de outra turma), enquanto o entrevistado que residia no bairro do Curado, mais próximo do bairro da Mangueira, fez o curso em Beberibe.

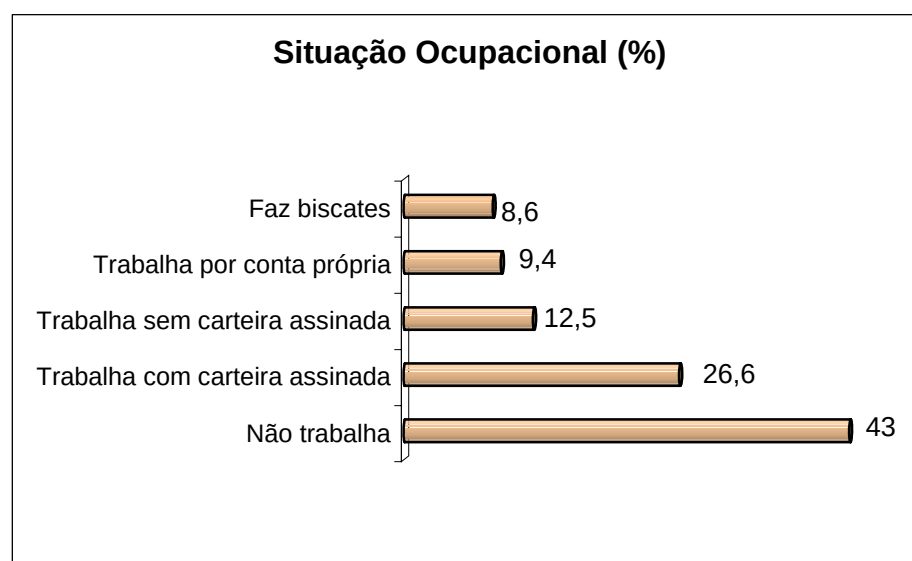
Quando Indagados porque se inscreveu em um curso tão distante da residência, os entrevistados afirmaram que “não existia vagas na proximidade”. A instituição que executou o curso era a mesma. Um remanejamento dessas pessoas amenizaria a dificuldade de deslocamento. Um entrevistado relatou “que saía do bairro de Beberibe para a mangueira de bicicleta, pois estava desempregado e não possuía dinheiro para passagem”.

Alguns se dispuseram a realizar o curso mesmo sendo distante ou fora da área de interesse, mas outros inscritos da Agência do Trabalho podem ter desistido dos cursos devido a essas dificuldades.

No que se refere à situação ocupacional dos treinandos no período da realização da entrevista (nov/dez, 2003), identificou-se que a precarização do trabalho e o desemprego têm prevalecido. 43% dos entrevistados não realizam atividades remuneradas, 12,5% trabalham sem carteira assinada, 9,4% por conta própria e 8,6% realizam biscates.

Dos 43% que não desenvolvem atividades, 19,5% (25 entrevistados) são do curso de eletricista e 23,5% (30 entrevistados) do curso de recepcionista, ou seja, 50% das pessoas do curso de recepcionista e 36,7% das do curso de eletricista não desenvolvem atividades remuneradas.

Gráfico 6 Situação ocupacional dos entrevistados no período da entrevista



Fonte: Pesquisa de campo Nov./Dez 2003

Os dados confirmam as tendências a precarização e à persistência do desemprego apontado no capítulo 1. A precarização no mercado laboral brasileiro persiste há muitas décadas, mas as mudanças ocorridas na organização do trabalho após a década de 1990, impulsionaram o crescimento e persistência do desemprego, atingindo grupos de trabalhadores antes estáveis.

No grupo dos que não desenvolvem atividades remuneradas ou estão trabalhando precariamente (93 entrevistados), 65,6% procuram emprego, desses, 45,2% estão em desemprego aberto, ou seja, procura emprego e não desenvolve atividades, 20,4% (biscates, conta própria e sem carteira assinada) em desemprego oculto pelo trabalho precário – concomitantemente com a procura de trabalho realiza alguma atividade remunerada.

O trabalho sem carteira assinada e por conta própria vem se cristalizando como condição de inserção no mercado, pois as pessoas desse grupo tendem a não procurar trabalho. Dos 34,4% que não procuram trabalho, 19,3% são dos que trabalham por conta própria e sem carteira assinada. Por outro lado à realização de biscates é a atividade mais vulnerável, pois os que desenvolvem essa atividade tendem a procurar trabalho, 10,7% dos casos.

Os entrevistados que realizam alguma atividade estão inseridos principalmente no comércio, na prestação de serviços e na construção civil. Das 73 pessoas que desenvolvem alguma atividade, 27,3% trabalham no comércio; 20,5% estão na área de prestação de serviços (cabeleireiro, manicure, estofador, motoboy), 12,3% na construção civil, seguem-se ainda serviços de atendimento, magistério, funcionários públicos, indústria, serviços de cozinha, empregada doméstica, militar, serviços de segurança, serviços de informática e serviços administrativos, todos com percentual menor que 8,2%.

Curso e experiência profissional x inserção no mercado de trabalho não se constituem numa relação linear; ou seja, existindo relação entre cursos realizados e experiência não implica necessariamente em inserção no mercado, mas a falta dessa relação dificulta o acesso ao mercado, pois dos 43% entrevistados em desemprego aberto, em 29,7% não existia a relação curso x experiência.

A experiência profissional aparece na pesquisa como um entrave a ser superado. Os entrevistados afirmaram que conseguir emprego é difícil, mas para quem não tem experiência comprovada em carteira a situação é mais grave, pois não são dadas oportunidades. “Como adquirir experiência se as empresas não dão oportunidades às pessoas sem experiências?” Indagavam os entrevistados.

De um lado, os mais jovens não têm oportunidades por falta de experiência, por outro, as pessoas com idade acima de 40 ou 50 anos, que geralmente tem experiência, não tem oportunidades devido à idade. São exigências contraditórias, apontando que as exigências do mercado não se referem apenas a um ou outro aspecto, mas a um conjunto de requerimentos que devem estar articulados. Além disso, é necessário que postos de trabalho sejam gerados, pois se o trabalhador atende aos requisitos do mercado, mas não existem postos, a situação de desemprego permanece.

Além dos entrevistados, a questão do desemprego tem atingido outras pessoas da família. 78,9% dos entrevistados possui uma ou mais pessoas desempregadas, desses, 55,5% têm até 2 pessoas e 23,4% têm três ou mais. Das pessoas desempregadas, 35,2% desempenham alguma atividade remunerada (biscates e trabalhos autônomos).

Quanto ao número de pessoas que trabalham na família (incluindo os entrevistados), quase 40% (39,8%) têm apenas uma pessoa trabalhando, seguido de 21,1% com duas pessoas e 25,8% com três pessoas ou mais.

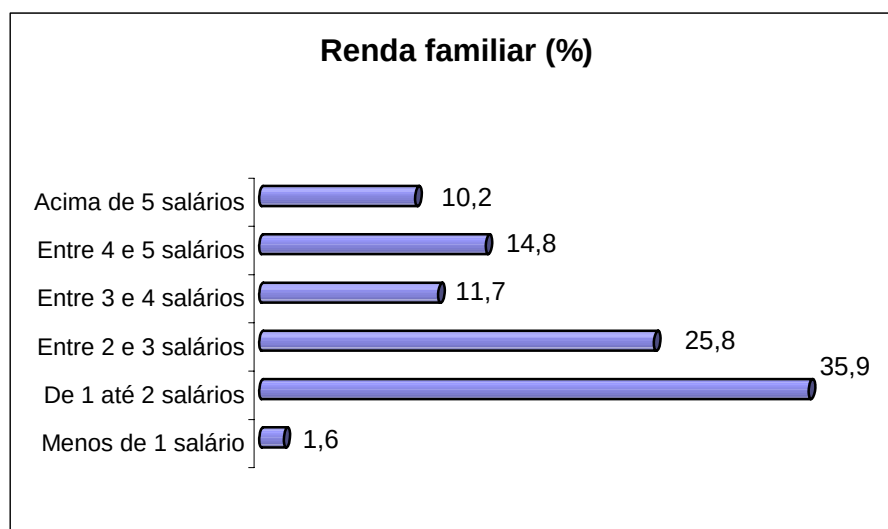
Para compor a renda familiar, tem sido necessária a contribuição dos membros da família. Em 37,5% dos casos a renda é composta pela participação de dois membros, 19,5% de três, 12,5% de 4 pessoas ou mais. Em 29,7% dos casos há apenas uma pessoa e ainda um caso que a família depende da ajuda de parentes.

Com o desemprego, a participação na renda familiar fica comprometida. 51,6% dos entrevistados afirmaram não contribuir com a renda, ou por não desenvolver atividades remuneradas, ou porque sua remuneração cobre somente suas despesas. 18% contribuem totalmente para a renda, 30,5% contribuem parcialmente. Quanto à posição na família em relação à renda, 50,8% dos entrevistados se declararam dependes da renda, 35,9% compõem a renda e 13,3% são chefes da família.

A renda dos entrevistados que desempenham alguma atividade fica em torno de 1 a 2 salários mínimos (52,1%). Existem ainda aqueles que recebem entre 2 e 3 salários - 16,4% - mas para 24,6% a remuneração é precária, pois recebem menos de 1 salário mínimo.

Em relação à renda familiar (gráfico 8), somando as faixas de renda de 1 até 2 salários e entre 2 e 3 salários, obtemos que 61,7% dos entrevistados têm uma renda familiar de 1 até 3 salários. Dos 35,9 % que possuem renda entre 1 e 2 salários mínimos, 24,2% estão no grupo dos entrevistados que não trabalham, apontando que o desemprego de um membro da família pode comprometer a renda familiar. Encontramos, ainda, pessoas em melhor condição de renda, 26,5% dos entrevistados têm renda familiar entre 3 e 5 salários e 10,2% têm renda familiar acima de 5 salários mínimos. Além disso, não há preocupação com aluguel, 76,6% dos entrevistados têm casa própria e 7,8% moram em casa cedida por familiares. Apenas 15,6% dos entrevistados pagam aluguel.

Gráfico 7 Renda familiar dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo Nov./Dez 2003

Considerando a vulnerabilidade, uma condição de vida onde as famílias possuem uma renda familiar menor que 1 salário mínimo ou não possuem renda, podemos afirmar que os treinandos do curso de eletricista e recepcionista entrevistados não estão numa situação vulnerável e, portanto, as pessoas nessa condição não têm chegado aos cursos que foram pensados para atendê-los.

Os aspectos sobre a família contribuem para identificar as condições socioeconômicas dos entrevistados. Dependendo da posição que ocupa na família e das condições de sustentabilidade da família o trabalhador poderá ou não investir em qualificação, pois a emergência da sobrevivência pode conduzir o trabalhador a criar estratégias para adquirir recursos para sua subsistência e da família.

Quando o trabalhador é dependente da renda, ou seja, é o filho e não o chefe da família há uma tendência de investir em qualificação.

Como conseguir inserção no mercado de trabalho tem sido difícil, busca-se investir em qualificação na perspectiva de conseguir uma ocupação. O perfil dos treinandos entrevistados demonstra isso. São jovens, solteiros e dependem ou compõem a renda familiar.

Ao tratar a questão do desemprego pela via da qualificação, o governo brasileiro tornou linear a relação qualificação-emprego, estabelecendo uma correlação positiva: quanto mais qualificado maior a empregabilidade. Mas tal correlação não vem sendo confirmada nas pesquisas realizadas sobre a temática.

Os entrevistados, por exemplo, têm investido em qualificação. Realizaram vários cursos, mas permanecem desempregados. Confirmando, assim, que a inserção no mercado de trabalho depende de outros condicionantes e não apenas da qualificação profissional, ou seja, a qualificação profissional é apenas uma das condições para o ingresso no mercado laboral.

Outras condições para inserção no mercado estão relacionadas, entre outras: 1) à geração de postos de trabalho, sendo necessário, para isso, o crescimento econômico a patamares que possibilitem a criação de postos; 2) à relação que se estabelece no momento da contratação do trabalhador, pois, como indicaram os entrevistados, às vezes conhecer alguém na empresa tem sido decisivo na hora da contratação; 3) a experiência profissional tem sido exigência crucial dos empregadores, mas está articulada com a escolaridade e o conhecimento formal na área da experiência.

3.3.3. Qualificação versus inserção no mercado de trabalho.

Os dados referente a qualificação e situação ocupacional dos entrevistados, bem como a discussão sobre qualificação e mercado de trabalho apresentada nos capítulos anteriores, permitem afirmar que, para discutir inserção no mercado de trabalho, é preciso compreender a existência de vários condicionantes que possibilitam ou não o acesso a um posto de trabalho. Condicionantes esses que se articulam e vão desde questões relacionadas ao próprio mercado laboral, como questões mais gerais, como, por exemplo, a posição do país na divisão internacional do trabalho, as decisões políticas que são tomadas em relação ao problema e os encaminhamentos que se realizam na política econômica do país.

A qualificação profissional, por exemplo, pode ser um condicionante para a inserção no mercado de trabalho, mas articula-se com outras questões, como a existência de postos de trabalho, as relações que se estabelecem na hora da contratação, as exigências dos empregadores, etc. Sendo assim, a interseção qualificação/inserção tem influência de outros elementos, ou seja, a relação entre qualificação e inserção não é linear, recebe influência de outras condições que dependem da situação e da tomada de decisões políticas, econômicas e sociais.

Com o objetivo de identificar a percepção dos entrevistados sobre a situação do mercado de trabalho no qual busca inserção, algumas questões foram elaboradas, tais como: a situação do desemprego no país, exigências do mercado de trabalho, o que contribui para conseguir emprego, os cursos contribuem para conseguir inserção e se os entrevistados consideravam que atendiam as exigências do mercado.

Sobre a situação do desemprego no país a questão foi aberta e os entrevistados falaram livremente sobre o tema. Posteriormente as respostas foram agrupadas de acordo com a atribuição feita, pois as reflexões dos treinandos responsabilizavam ora o mercado, ora os trabalhadores, governo, empresas e situação do país.

Na percepção de 71 entrevistados o desemprego ocorre devido a problemas no mercado de trabalho como, por exemplo, a falta de oportunidades - a pessoa sem experiência e com idade elevada, não consegue trabalho - exigência de experiência, falta de emprego, concorrência entre trabalhadores e avanço tecnológico.

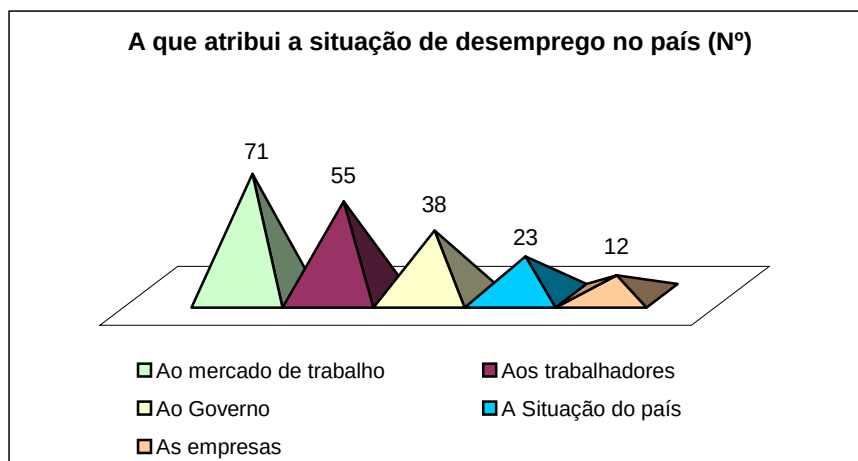
Já 55 atribuem a situação aos trabalhadores, pela falta de qualificação profissional, desinteresse das pessoas em estudar e procurar emprego e falta de experiência.

Por outro lado 38 dos entrevistados atribuem o desemprego ao governo devido à má administração pública, corrupção do governo, desinteresse dos governantes na resolução da questão, falta de incentivo às empresas, falta de investimento do governo na educação/qualificação e na geração de emprego e renda.

Segue-se ainda, que 23 entrevistados atribuíram o desemprego à situação do País, como falta de crescimento econômico, crescimento populacional, desigualdade social e concentração de renda.

E 12 justificaram o desemprego relacionando as empresas em função dos altos encargos sociais que elas pagam, poucas firmas/empresas para empregar, falta de recursos das empresas para investir, com isso, não geram emprego.

Gráfico 8 A que os entrevistados atribuem o desemprego do País



Fonte: Pesquisa de campo Nov./Dez 2003

* questões de múltiplas respostas

Quando perguntados a que atribuíam a situação do seu desemprego e as dificuldades encontradas para conseguir trabalho (indagação essa feita aos entrevistados que não realizavam atividades remuneradas), as principais respostas se referiram à falta de experiência profissional, falta de oportunidade e à falta de postos de trabalho.

Seguiu-se, ainda, falta de escolaridade, de qualificação, exigência de experiência, problemas pessoais, dificuldade em encontrar trabalho, idade elevada, falta de apoio do governo; e um pequeno grupo que não trabalha, nem procura emprego, realizou o curso apenas para complementar sua formação e ter conhecimento em alguma atividade. Esses ainda estão terminando os estudos.

Acrescentaram como dificuldade de encontrar trabalho as exigências das empresas, o fato de não conhecer ninguém, em empresas, que os indicassem, a concorrência do mercado, residir distante e, às vezes, a falta de dinheiro para pagar passagem para procurar trabalho.

Com relação aos cursos de qualificação realizados, 53,9% dos entrevistados consideraram que os cursos dão chance para conseguir trabalho porque: “é uma forma das pessoas aprenderem a desenvolver alguma atividade”, “enriquece o currículo”, “o mercado de trabalho exige pessoas qualificadas ou com cursos”, “é preciso se manter atualizado”, “quanto mais cursos realizar maiores as chances no mercado”.

Em algumas respostas os entrevistados afirmaram que contribuem, mas fizeram algumas restrições. “É positivo se for um bom curso ou se estiver relacionado com a experiência profissional”.

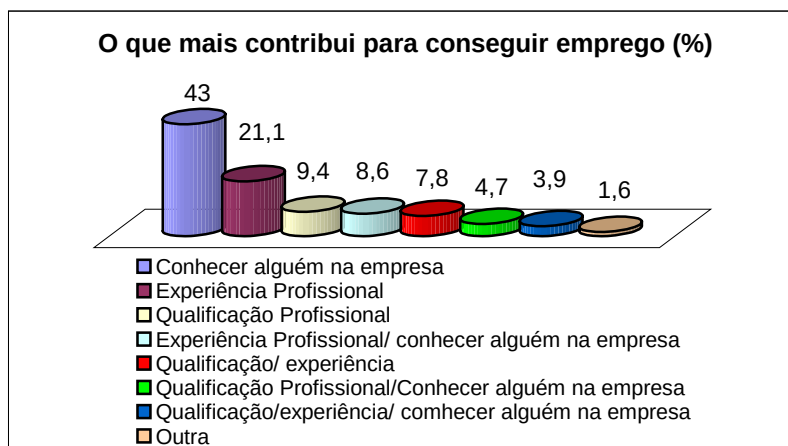
As respostas e a fala dos entrevistados apontam essa positividade se referindo aos aspectos educacionais dos cursos, como forma de “saber/aprender/fazer alguma coisa”, pois compreendiam que, conhecendo alguma atividade, poderiam ter chances, já que, sem os cursos, não teriam direção no mercado de trabalho.

Apesar de considerarem que poderiam ter chances com os cursos, os treinandos apresentavam suas preocupações de terem feito tantos cursos e continuarem desempregados ou de conhecerem alguém que concluiu até mesmo a faculdade e continuava sem trabalho.

Por outro lado, 46,1% revelaram que os cursos não dão chances para conseguir trabalho, alegando que: “no mercado é exigida também experiência”, “os cursos não estão articulados com a experiência” (o mais apontado pelos entrevistados), “é preciso conhecer alguém que os indique”; “o mercado não considera os cursos porque são de curta duração” “os cursos preenchem apenas currículo”, “Não há vagas no mercado de trabalho”.

Vários são os fatores que contribuem para a inserção do trabalhador no mercado de trabalho. Visando apreender que fatores têm contribuído para o acesso a um posto de trabalho, perguntamos aos entrevistados o que mais contribui para conseguir um emprego. 43% dos entrevistados afirmaram que é ter um amigo ou conhecido em alguma empresa (conhecer alguém na empresa), seguido de experiência profissional 21,1% e qualificação profissional 9,4%. Responderam ainda a combinação de dois ou três itens da resposta, como, por exemplo, experiência profissional e conhecer alguém na empresa 8,6%, qualificação e experiência 7,8% .

Gráfico 9 O que mais contribui para conseguir emprego



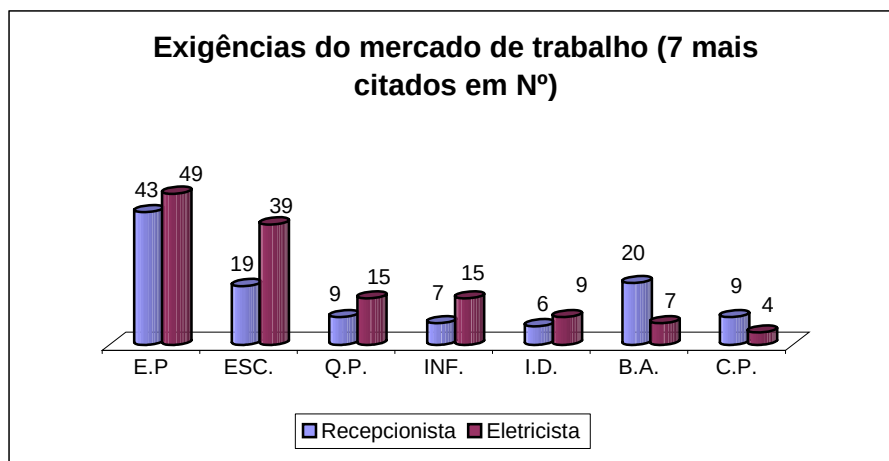
Fonte: Pesquisa de campo Nov./Dez 2003

Somando o número de vezes de cada resposta citada, obtemos “conhecer alguém na empresa” em 60,2% das respostas, experiência profissional com 41,4% e qualificação com 25,8%. A questão que os entrevistados apontaram como “ter um peixe na empresa” tem prevalecido, seguido da experiência profissional. Esse grupo de trabalhadores considera a experiência profissional como principal exigência.

Fato esse comprovado quando eles respondem sobre as exigências do mercado de trabalho. 92 entrevistados apontam a experiência profissional como uma das exigências principais do mercado de trabalho, seguida da escolaridade com 58 dos entrevistados (resposta dada, sobretudo pelo grupo de 39 alunos que fez o curso de eletricitista). Desse grupo, o que também foi apontado como exigência, se refere à qualificação profissional: informática (15), sendo menos citada a idade adequada (9), boa aparência (7), e características pessoais (4). Na resposta dos que realizaram o curso de recepcionista, além da experiência e escolaridade, foram apontados como requerimentos principais do mercado boa aparência (20), qualificação e características pessoais com 9 respostas cada e, os menos citados, informática (7) e idade adequada (6).

Para os entrevistados, prevaleceu à experiência e a escolaridade como exigências do mercado. Condições essas que correspondem às exigidas pelos empregadores que querem contratar eletricitistas e recepcionistas.

Gráfico 10 Exigências do mercado de trabalho, segundo os entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo Nov./Dez 2003

E.P. Experiência Profissional; ESC. Escolaridade; Q.P. Qualificação profissional; INF.. Informática; I.D. Idade adequada; B.A. Boa Aparência; C.P. Características pessoais.

Sobre atender às exigências do mercado, 43% dos entrevistados consideram que atendem a essas exigências, pois têm a escolaridade que a área exige. Em alguns casos, têm experiência profissional e cursos, conhecem informática, etc. 39% consideram que não atendem, sobretudo por faltar experiência profissional. 16,4% dos entrevistados consideram que atende em parte, pois, às vezes, atendem umas exigências e não outras e 1,6% não soube responder. A experiência profissional foi apresentada como entrave no momento de conseguir uma ocupação.

Diante das informações referentes aos entrevistados e das informações captadas na Agência do Trabalho sobre as exigências das empresas para a ocupação de eletricista e recepcionista, percebemos que os entrevistados têm noção do que ocorre no mercado de trabalho atualmente, conhecem as exigências, compreendem a situação do desemprego.

Mas, no que se refere à relação qualificação *versus* inserção no mercado, prevalece a visão da qualificação como propulsora do acesso a um posto de trabalho. Apesar dos entrevistados compreenderem que realizaram cursos e continuam desempregados, ainda assim consideraram que a qualificação possibilita inserção no mercado, indicando que a construção da correlação positiva entre qualificação/inserção tem prevalecido no imaginário dos trabalhadores, apesar de, na prática, vivenciarem situação contrária.

Ao considerar uma correlação positiva entre qualificação e inserção, atribui-se a não-inserção no mercado de trabalho à baixa qualificação do trabalhador,

atribuição, essa, primordial no discurso governamental sobre a questão do desemprego. Com isso, as questões referentes aos aspectos estruturais, conjunturais e políticos do problema são relegadas a segundo plano ou negadas, culminando num diagnóstico falacioso sobre problema do desemprego.

O Plano de Qualificação do Trabalhador tomou por base o diagnóstico da baixa ou da falta de qualificação dos trabalhadores como promotora do desemprego. Com isso, se fundamentou como saída ao desemprego uma política estruturada so tal um diagnóstico, refletindo no baixo retorno dessa política para a resolução do problema.

Além disso, as discussões sobre qualificação foram realizadas sem considerar as especificidades do mercado laboral e das áreas das ocupações. Discutia-se empregabilidade, competência e qualificação como se as exigências do mercado fossem únicas, o que não corresponde, pois as exigências dependem das áreas ocupacionais às quais se pretende inserção. Alguns postos de trabalho exigirão altos padrões de qualificação e competência, nível superior, falar duas línguas ou mais, etc.; outros exigirão formação técnica, experiência profissional, etc. As exigências dependem do posto, da complexidade do trabalho a ser desempenhado e da disponibilidade da mão-de-obra qualificada.

Diante de todo o exposto, compreende-se que a qualificação profissional se constitui em um dos condicionantes para a inserção no mercado de trabalho, mas tal condição está articulada com outros elementos. Qualificação não implica necessariamente em inserção no mercado. É preciso considerar a disponibilidade de postos de trabalho existentes, as relações que se estabelecem no momento da contratação, a qualidade do posto de trabalho, enfim as condições que se estabelecem para que existam oportunidades de inserção no mercado laboral.

Retomando o objetivo proposto, que é analisar a interseção qualificação/inserção no mercado de trabalho dos egressos do PEQ, podemos afirmar que, para analisar o cruzamento entre qualificação e inserção no mercado, se torna necessário apreender a dinâmica do mundo do trabalho, tanto no que se refere aos direcionamentos da política econômica, das decisões políticas, como à dinâmica do próprio mercado de trabalho - a criação e manutenção dos postos de trabalho, das exigências requeridas e do relacionamento no momento da contratação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa sobre a interseção entre qualificação e inserção no mercado de trabalho possibilitou um aprofundamento das questões referentes à temática, desmistificando a idéia de correlação positiva entre qualificação e inserção, pois, para compreender essa relação ou interseção, se torna necessário compreender os condicionantes que possibilitam o acesso a um posto de trabalho.

Qualificação profissional pode se constituir umas das condições para que o trabalhador tenha oportunidades de acesso no mercado, mas, tal condição se articula com outros elementos que são estabelecidos na relação entre o capital x trabalho. Nesse sentido, ter qualificação não implica necessariamente o acesso a um posto de trabalho.

Um dos elementos cruciais para que pessoas qualificadas possam ter inserção no mercado é a geração de postos de trabalho. Existindo postos e pessoas aptas a ocupá-los, o problema do desemprego tende a ser amenizado. Mas o que se assiste nos últimos anos é que de um lado, as pessoas têm investido em qualificação e, de outro, os postos de trabalho têm sido destruídos e, quando criados, ou são de baixa qualidade ou não são suficientes para amenizar o problema do desemprego.

No contexto das mudanças no mundo do trabalho, a qualificação profissional ganhou um espaço expressivo, gerando uma expectativa para os trabalhadores, que passaram a acreditar que a situação de seu desemprego ocorre devido à falta ou à baixa qualificação. Surge um ideário afirmando que o investimento em qualificação profissional possibilita inserção no mercado de trabalho. Mas, ao contrário do que se pensa, muitos trabalhadores têm se qualificado, mas permanecem na situação de desemprego, demonstrando que, em geral, o problema do desemprego não é apenas falta de qualificação dos trabalhadores.

Apesar de existirem setores de atividades que exigem altos padrões de qualificação e quando buscam não encontram mão-de-obra qualificada, tal situação não se aplica à boa parte dos trabalhadores brasileiros, nem a todos os setores de atividades. Por isso nos estudos sobre qualificação e inserção é preciso considerar quais as exigências para a ocupação estudada.

As mudanças no mundo do trabalho têm como efeito negativo a destruição e precarização do trabalho. Nesse sentido, está na contramão dos acontecimentos acreditar que a falta de qualificação é a propulsora do desemprego. Mas tal pensamento conduziu, e de certa forma ainda conduz, as políticas de emprego e renda, sobretudo as referentes à qualificação profissional, tendo, como conseqüências, respostas pouco efetivas.

No caso brasileiro o problema do desemprego é ainda mais grave, pois, mesmo antes das mudanças ocorrerem no País, o mercado de trabalho já apresentava sinais de instabilidade e dificuldade na geração de postos de trabalho. Situação essa que se agravou a partir dos anos 1990 com a abertura comercial e a série de medidas tomadas, tais como: privatização das empresas estatais, ajuste fiscal, estabilidade da moeda, etc, visando atender a agenda neoliberal imposta pelos países ricos aos países ditos “em desenvolvimento”.

A abertura comercial e as referidas medidas possibilitaram a modernização de diferentes setores produtivos, mas não de todos, coexistindo no mercado de trabalho nacional setores avançados e atrasados, cujas relações de trabalho vão cada vez mais se deteriorando, sobretudo pelas perdas de direitos dos trabalhadores.

A expectativa do moderno, do tecnológico, gerou a idéia de que a mão-de-obra brasileira não estava apta às novas tecnologias, pois o nível de qualificação da força de trabalho nacional era baixo, sendo, para isso, necessário preparar a mão-de-obra para as novas tecnologias. Tal afirmação deixou de lado o fato de que a reestruturação do processo produtivo é realizada com o enxugamento de postos de trabalho, ou seja, os trabalhadores não perderam seus postos por não estarem aptos às novas tecnologias, mas os próprios postos foram destruídos.

O discurso oficial sobre o desemprego suprimiu ou relegou a segundo plano o enxugamento dos postos, privilegiando a afirmação da falta de qualificação como propulsora do desemprego do país. Além disso, considerou que a educação profissional não atendia às demandas do mercado que se modernizava.

Com isso, se processou a reforma da educação profissional, que ocorreu à margem das discussões dos profissionais da área e representações da sociedade civil sobre o tema, sendo imposta pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (Lei 9.394/96). Tais diretrizes tentavam adequar a educação profissional às exigências do mercado de trabalho.

Mas, a reforma da educação profissional não reconfigurou a educação nacional, pelo contrário, reafirmou seus aspectos segmentados entre educação formal e educação profissional ao estabelecer um plano de qualificação profissional independente da escolaridade dos treinandos.

Para as classes mais vulneráveis da população, se direcionou o Plano de Qualificação do Trabalhador, sob a direção do Ministério do Trabalho e emprego, deixando clara a qualificação para o trabalho, enquanto para os outros segmentos da população, se direcionavam o ensino técnico e tecnológico, sob a responsabilidade do Ministério da Educação.

No cerne da reforma da educação profissional estava a noção de empregabilidade e de competência. A primeira como condição do trabalhador manter ou conseguir novas ocupações, a segunda, visando redimensionar a qualificação profissional. Era preciso ir além do conhecimento técnico, se tornando necessário à capacidade de resolver problemas, trabalhar em grupo, ter equilíbrio emocional, ser polivalente, etc. Tais necessidades se constituíam não apenas como requerimentos do mercado, mas como uma crítica ao modelo de qualificação profissional existente, privilegiador da formação técnica.

Apesar do Plano de Qualificação ter sido criado para proporcionar oportunidades para que pessoas sem ou com pouca escolaridade tenham acesso a cursos de qualificação. Esse público não tem sido contemplado, pois, como visto na pesquisa realizada, a maioria das pessoas que realizaram cursos possuíam ensino médio completo. A pesquisa revelou, também, que as pessoas têm investido em qualificação, concluíram seus estudos, buscam realizar cursos, conhecem os requerimentos do mercado, mas continuam desempregados ou trabalhando precariamente.

Identificou-se também a experiência profissional como um outro condicionante exigido pelos empregadores na hora da contratação. Em geral, a articulação entre escolaridade, experiência e conhecimento na área que se busca inserção é articulação crucial para que se tenha chance no mercado, valendo ressaltar que, para isso, é preciso a existência de postos de trabalho.

Tratar a questão da inserção, ou não, no mercado de trabalho pela via da qualificação profissional é, sem dúvida, uma compreensão limitada do problema do desemprego e um ideário pautado numa concepção liberal ou neoliberal. Na perspectiva do liberalismo clássico, o pobre se encontrava na situação de pobreza por sua culpa, já que era livre para o trabalho, mas, na realidade, não existiam postos suficientes para absorver a todos. Na concepção atual ou neoliberal, as pessoas estão desempregadas por não ter qualificação, reproduzindo assim, o discurso de culpabilizar as pessoas pelos seus problemas, relegando ou negando os problemas inerentes ao mercado de trabalho e às suas mudanças.

Referência Bibliográfica

ALVES, Giovanni. **Toyotismo, Novas Qualificações e Empregabilidade: Mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI**. São Paulo, 2000. Disponível em: <[http:// www. Lutasindical.cjb.net](http://www.Lutasindical.cjb.net).> Acesso em: 2 Set. 2003.

AMADEO, Edward. **Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho** In: Abertura e Ajuste do mercado de Trabalho no Brasil. Brasília: OIT e MTE; São Paulo: Ed.34, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho In: **Capacitação em Serviço Social: módulo I**. Brasília: CEAD, 1999.

ARBACHE, Jorge Saba. Comércio internacional, competitividade e políticas públicas. **Texto para discussão n. 903**, Brasília: IPEA, 2002. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 5 Mar. 2002.

ARCANGELI, Alberto(et.al). A política de educação profissional no Maranhão: resultados de uma avaliação. In: SILVA, Maria Ozanira (Org) **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Desemprego e exclusão dos trabalhadores aptos sem trabalho na Região Metropolitana de Recife**. Recife: NEPPS/UFPE, 1998.

_____. **Exclusão e inclusão no mercado de trabalho recifense: precariedade das condições de vida dos excluídos x precarização da inclusão dos empregados**. Relatório de Pesquisa CNPq. Recife: UFPE/NEPPS, 2000.

A ESPERA da primeira chance. **Revista Época**, São Paulo, Ano 1, n. 11 p.38-44. Ago.1998.

BALTAR, Paulo E. A.; DEDECCA, Cláudio S.; HENRIQUE, Wilnês. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos. E.B.; Mattoso, Jorge. E.L. **Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado**. São Paulo: Scritta, 1996.

_____. PRONI, Marcelo W. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, Carlos. E.B.; Mattoso, Jorge. E.L. **Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado**. São Paulo: Scritta, 1996.

BARRETO, Túlio Velho. Governo Lula e o Consenso de Washington. **Diário de Pernambuco**. Recife, 27 Jun. 2003. Artigos, p. A3.

BARROS, Ricardo Paes; COSSIO, Maurício Blanco; TELES, Jorge Luiz. A eficácia das políticas de trabalho e renda no combate a pobreza In: VELOSO, João Paulo R. ALBUQUERQUE, Roberto C. (orgs.) **Soluções para a questão do emprego**. Fórum Nacional. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 2001.

_____. CAMARGO, José Márcio; MENDONÇA, Rosane. A estrutura do desemprego no Brasil. **Texto para discussão n. 478**, Brasília: IPEA, 1997. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 6 dez. 2002.

BARBOSA, Alexandre Freitas; MORETTO Amilton. **Política de emprego e proteção social**. São Paulo: ABET, 1998.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUSA, Luzia Costa. **Metodologia da Avaliação em políticas públicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Questões da Nossa Época; v. 75) .

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI. (org.) **Política para a retomada do desemprego - reflexões de economistas brasileiros**. Brasília: IPEA; CEPAL, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, DE 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação Profissional. Disponível em: <<http://www.rebidia.org.br/direduc.html>>. Acesso em: 14 Jan. 2004.

_____. **Resolução nº 258, de 2000**. Estabelece critérios para transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, ao Plano Nacional de Qualificação do trabalhador - PLANFOR. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>> Acesso em: 29 de Dez. 2001.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR: informações gerais**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 29 de Dez. 2001.

BRASIL tem 52,63% dos desempregados da AL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 Jan. 2004. Caderno Economia p. B4.

CHAHAD, José Paulo Zaetano. Estabilização e desemprego em tempo de mudança: realidade e desafios no caso brasileiro. In: **Anais do 2º Encontro da ABET**. Vol.2 São Paulo, ABET, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996

CARDOSO, Franci Gomes. **A reestruturação dos processos de trabalho e a ação das classes e do Estado no capitalismo**. Revista de Políticas Públicas n. 5, UFMA, 2001.

CARDOSO, Larry et. Al. Avaliação de programas sociais (PNAE, PLANFOR, PROGER): eficiência relativa e esquemas de incentivo. **Texto para discussão n. 859**, Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 6 dez. 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. Crise, Novas tecnologias e classe operária. In: **Neoliberalismo ou crise do capital**. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

CURTY, Marlene Gonçalves; **CRUZ**, Anamaria da Costa. **Guia para apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. Maringá: Dental Press, 2001.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Emprego e Qualificação no Brasil dos anos 90**. Revista Soc. Bras. Economia Política, Rio de Janeiro, N. 3, p.114-138, 1998.

_____. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, Carlos. E.B.; Mattoso, Jorge. E.L. **Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado**. São Paulo: Scritta, 1996.

DESEMPREGO chega a 12,3% em 2003. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 Jan. 2004. Caderno economia, p. B1.

DESEMPREGO, chega à classe média alta. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 Fev. 2004. Caderno Economia, p. B7.

DESEMPREGO é o pior em 20 anos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 09 de Nov. 2003. Caderno Economia, p. B10.

DIEESE. **Elementos para compreender a controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 12 Jan. 2004.

_____. **Formação profissional: um novo espaço de negociação**. Pesquisa n. 14, Outubro de 1998. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 19 Jan. 2003.

_____. **Mercado de Trabalho no Brasil**. São Paulo, 2001. Disponível em www.dieese.org.br. Acesso em 19 Jan. 2003.

DIEESE. **Mercado de trabalho na Região Metropolitana do Recife em 2002**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 28 Fev. 2004

_____. **Principais conceitos da pesquisa de emprego e desemprego (PED)**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 12 Jan. 2004.

_____; SEADE. **Taxa de desemprego total decresce na RMR**. DIEESE/SEADE, 2003. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 28 Fev. 2004.

DORNELLES, Francisco. Ação do governo para expandir o emprego In: VELOSO, João Paulo R. ALBUQUERQUE, Roberto C. (orgs.) **Soluções para a questão do emprego**. Fórum Nacional. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 2001.

DUBAR, Claude. **A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência**. *Educ. Soc.* [online]. set. 1998, vol.19, no.64. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 01 de Nov. 2003.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão Social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Cap. I e V.

EMPREGO cresce e rendimento cai 7%. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 de Abr. 2003. Caderno Economia, p. B4.

FERRETTI, Celso João. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?**. *Educ. Soc.* [online]. dez. 2002, vol.23, no.81. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 01 de Nov. 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da Escola Produtiva**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Os delírios da Razão: crise do capital e Metamorfose conceitual do campo educacional In: GENTILI, Pablo (org) **Pedagogia da exclusão social: crítica ao neoliberalismo em Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

_____. **Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional**. São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.senac.br>>. Acesso em: 1 Jul. 2003.

GLOBALIZAÇÃO faz crescer desigualdade entre países. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 Fev. 2004. Caderno Economia, p. B4.

GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. In: **Revista de Estudos Avançados**. São Paulo: USP, n.29, 1997.

GRANEMANN, Sara. Processo de trabalho e Serviço Social trabalho In: **Capacitação em Serviço Social: módulo 2**. Brasília: CEAD, 1999.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2002**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 Fev. 2004.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego - 2001-2004**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 Fev. 2004.

INEP/MEC. **Geografia da Educação Brasileira 2001**. Brasília: o Instituto, 2002. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 06 Abr. 2003.

JUNIOR, João Jang; OLIVARES José E.L; SERRA, Renata M.R. Programas de geração de Emprego e Renda. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, n.9 São Paulo: USP, 1999.

LEITE, Elenice M. **Educação profissional no Brasil: no limiar de novas possibilidades**. Brasília: MTE. 1995. Disponível em: <<http://www.mtb.gov.br>>. Acesso em: 3 Maio. 2003.

LEITE, Márcia de Paula; POSTHUMA, Ana Caroline. **Reestruturação Produtiva e Qualificação: reflexões sobre a experiência brasileira**. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo: USP, 1996.

LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar. **O desmonte da Nação em dados** Petrópolis RJ: Vozes, 2002.

LIMA, Roberto Alves; ARAÚJO, Tarcísio Patrício. Avanços e impasses da política pública de emprego no Brasil: discussão com foco no Proger e no Planfor. In: **Ensaio sobre o Mercado de trabalho e políticas de emprego**. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2001.

MANFREDI, Silvia Maria. **Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e políticas**. *Educ. Soc.* [online]. set. 1998, vol.19, no.64. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 01 de Nov. 2003.

MAYER, Ricardo. **Racionalização da produção e do processo de trabalho: as estratégias capitalistas de gestão da força de trabalho**. Revista Redes nº I. Rio Grande do Sul: UFRGS, 1998.

MARKERT, Werner. **Trabalho e comunicação: reflexões sobre um conceito dialético de competência**. *Educ. Soc.* [online]. ago. 2002, vol.23, n.79. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 01 de Nov. 2003

MARLOW, Christine. **Research methods for generalist social work**. 2.ed. USA: Brooks/coles, 1998

MARX, Karl Processo de trabalho e processo de produzir mais valia In: **o capital livro 1** vol.1 cap.V São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In: OLIVEIRA, Carlos. E.B.; MATTOSO, Jorge. E.L. **Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado**. São Paulo: Scritta, 1996.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Banco de dados CAGED. Disponível em: <<http://www.mtb.gov.br>> Acesso em: 21 de Maio. 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado**. Brasília: MTE/FAT, 1999. Disponível em: <<http://www.mtb.gov.br>>. Acesso em: 3 Abr. 2003.

_____. **Emprego no Brasil diagnósticos e políticas**. Brasília: MTB, 1998. Disponível em:<<http://www.mtb.gov.br>>. Acesso em: 8 Fev. 2003.

_____. **PNQ - Plano Nacional de Qualificação: dez passos para a qualificação.** Brasília, MTE. 2003. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>> Acesso em 31 Ago. 2003.

_____. **Plano Nacional de Qualificação - PNQ- 2003-2007.** Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 20 Jul. 2003.

MOTTA, Ana Elizabete. AMARAL, Ângela. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: **Nova Fábricas de Consensos.** São Paulo: Cortez, 1998.

NEPPU/IPSA. **Relatório de Avaliação Externa PEQ-PE síntese 1996-2001.** Recife: NEPPU-IPSA-UFPE, 2002.

_____. **Relatório de Avaliação Externa PEQ-PE 2000.** Recife: NEPPU-IPSA-UFPE, 2001.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** Revista Serviço Social e Sociedade nº 50. São Pulo: Cortez, 1996.

O DESAFIO de conseguir um emprego e manter-se nele. **Jornal do Comércio,** Recife, 02 maio 1999. Caderno Especial Economia

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado.** São Paulo: ed. Brasiliense, 1995.

OIT revela números do desemprego. **Diário de Pernambuco,** Recife, 29 Fev. 2004. Mundo, p. B11.

OLIVEIRA, Ramon. **A (des) qualificação da educação profissional brasileira.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **A teoria do capital humano e a educação profissional brasileira.** São Paulo: Senac, 2001. Disponível em: <<http://www.senac.br>>. Acesso em: 31 de Jul. 2003.

PAIVA, Vanilda.et.al. **Qualificação e inserção no mundo do trabalho: a sociologia do trabalho para além da indústria.** Revista Novos Estudos Nº 48 São Paulo: CEPRAP, 1997.

PERNAMBUCO. **Dados Gerais.** Disponível em: <<http://www.pe.gov.br>>. Acesso em: 28 Fev. 2004

_____. CONDEPE. **Boletim mensal de conjuntura.** Recife, Out. 2002. Disponível em: <<http://www.condepe.pe.gov.br>>. Acesso em: 1 Out. 2003.

_____. **Pernambuco conjuntural.** Recife, v.6, n.3 p. 38-69 Jul/Set. 2001.

_____. **Pernambuco conjuntural.** Recife, v.7, n.1 p.1-26 Jan/Mar. 2002.

PERNAMBUCO. **Desempenho setorial da economia de Pernambuco 1998-2000**. Disponível em: <<http://www.condepe.pe.gov.br>>. Acesso em: 1 Out. 2003.

POCHMANN, Marcio. **A divisão do trabalho no Mundo e o emprego no Brasil**. Revista Ciência Hoje. São Paulo: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Vol. 8. N 165. Outubro, 2000.

_____. **O emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. O mundo do trabalho em Mudança In: **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: Instituto de Relações do Trabalho da PUC Minas, 1999.

POSTHUMA, Anne Caroline. Transformações do emprego no Brasil na década de 1990. In: **Abertura e Ajuste do mercado de Trabalho no Brasil**. Brasília: OIT e MTE; São Paulo: Ed.34, 1999.

_____. Transformando o Sistema brasileiro de formação profissional: o primeiro quadriênio do Planfor. In: **Abertura e Ajuste do mercado de Trabalho no Brasil**. Brasília: OIT e MTE; São Paulo: Ed.34, 1999.

QUALIFICAÇÃO profissional em Xeque. **Diário de Pernambuco**, Recife, 02 Mar. 2003. Caderno Economia, p. B1.

RAMOS, Marise Nogueira. **A educação profissional pela Pedagogia das Competências: : para além da superfície dos documentos oficiais**. *Educ. Soc.* [online]. set. 2002, vol.23, no.80. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 01 de Nov. 2003.

SCHWARTZ, Yves. De la qualification a la competence In. *Education Permenente* n. 123, Fev. 1995, p. 125-138. Disponível em: <http://www.irsp.cr/services/docu/1>. Acesso em: 19 Jan. 2004.

_____. **Os ingredientes da competência: Um exercício necessário para uma questão insolúvel**. *Educ. Soc.* [online]. Dez. 1998, vol.19, no.65 Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 01 de Nov. 2003.

SECRETARIA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL – SEFOR, **PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador Reconstruindo a institucionalidade da educação profissional no Brasil**. Brasília, MTE, 1998. Disponível em: <<http://www.mtb.gov.br>>. Acesso em: 3 maio.2003.

SEPLANDES. Agência do Trabalho. **Agência do Trabalho: um investimento com resultados para todo o Estado**. Recife, 1999 Disponível em www.fisepe.pe.gov.br. Acesso em 11 de Nov. 2000

_____. **Qualificação Profissional**, Recife, 2002. disponível em: <<http://www.agenciadotrabalho.pe.gov.br>>. Acesso em 1 de abril de 2003.

SILVA, Luis.A.M. (org.) **Qualificação e Informalidade**. Revista Contemporaneidade e Educação. Nº I Rio de Janeiro: Instituto de Estudo da Cultura e Educação Continuada, 1997.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2001.

TANGUY, Lucie. **Do sistema educativo ao emprego. Formação: um bem universal?**. *Educ. Soc.* [online]. ago. 1999, vol.20, no.67. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 01 de Nov. 2003.

TEIXEIRA, Francisco J.S. (org.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política** In: Revista Crítica Marxista nº 10. Boitempo Editorial. 2000

VELOSO, João Paulo R. ALBUQUERQUE, Roberto C. (orgs.) **Soluções para a questão do emprego**. Fórum Nacional. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 2001.

VIEIRA, Carlos A.D.S; ALVES, Edgard. L.G. **Qualificação Profissional: uma proposta de política pública**. Brasília: IPEA, 1995. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em 6 dez. 2002.